

FOLHA DO ESTADO
DA BAHIA

Municípios

[todas as notícias](#)>

Sefaz-BA: 18 mil empresas irregulares são suspensas

O modelo de monitoramento em tempo real, que tem chamado a atenção de outros estados, teve seus procedimentos aprofundados no fisco baiano com a implantação da Gerência de Monitoramento de Contribuintes

18/11/2020 às 11:29h



Crédito: Pedro Moraes/GOVBA

Mais de 18 mil empresas baianas envolvidas em fraudes praticadas contra o fisco estadual foram tornadas inaptas, ou seja, tiveram seus cadastros suspensos nos últimos cinco anos em função do trabalho desenvolvido pelo **Centro de Monitoramento On-line (CMO) da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**.

Criado de forma pioneira em 2015 para combater as novas práticas de sonegação no ambiente digital, o CMO da Sefaz-BA tem como alvos irregularidades como empresas fantasmas, uso de laranjas e Microempreendedores Individuais (MEIs) que ultrapassaram o limite legal de faturamento. As informações geradas pelo CMO subsidiaram o trabalho das inspetorias fiscais, que emitiram autos de infração totalizando R\$ 700 milhões, dos quais R\$ 60 milhões já foram pagos.

No processo de monitoramento executado pelo CMO, assim que são identificados indícios de fraude fiscal a empresa suspeita é tornada inapta o mais rápido possível, por intermédio do bloqueio imediato da inscrição estadual. “As fraudes vêm se sofisticando no ambiente digital, mas o fisco baiano tem consolidado ferramentas tecnológicas para combater os hackers digitais e outros tipos de fraudes on-line”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório. Entre as fraudes levantadas estão empresas criadas apenas para emitir documentos fiscais sem as respectivas entradas de produtos e aquelas, pelo contrário, criadas apenas para serem destinatárias de mercadorias, sem processarem vendas.

De acordo com gerente de Monitoramento de Contribuintes da Sefaz-BA, César Furquim, com o monitoramento em tempo real, a Sefaz “acompanha mais de perto a movimentação dos contribuintes envolvidos em fraudes digitais e sonegação de ICMS, padronizando os processos de monitoramento e inserindo novos dispositivos na legislação em função das irregularidades que vêm sendo identificadas”.

O montante movimentado de forma fraudulenta é grande, diz Furquim. “Muitas vezes vemos uma empresa de outro estado emitir dezenas de notas fiscais para um mesmo destinatário, o que demonstra claramente que existe um conluio entre fornecedor e comprador”, explica.

Nova realidade

O modelo de monitoramento em tempo real, que tem chamado a atenção de outros estados, teve seus procedimentos aprofundados no fisco baiano com a implantação da Gerência de Monitoramento de Contribuintes, dentro do processo de reestruturação deflagrado no início de 2019 para adequar a área de Administração Tributária da Sefaz-BA às transformações no planejamento e na execução da fiscalização motivadas pela nova realidade dos documentos fiscais digitais eletrônicos.

“O objetivo das mudanças é intensificar o combate à sonegação com uso intensivo da tecnologia”, afirma o superintendente de Administração Tributária da Sefaz-BA, José Luiz Souza, lembrando que a Sefaz-Ba acaba de lançar o sistema e-Fiscalização, que irá aprofundar a chamada fiscalização sumária, modelo cuja aplicação vem se ampliando com o avanço da tecnologia baseada no cruzamento de dados fiscais digitais.



A BAHIA, O BRASIL E O MUNDO A UM CLIQUE DE DISTÂNCIA!

Monitoramento on-line da Sefaz-BA suspende 18 mil empresas irregulares

17 de novembro de 2020



Fotos: Pedro Moraes/GOVBA

Mais de 18 mil empresas baianas envolvidas em fraudes praticadas contra o fisco estadual foram tornadas inaptas, ou seja, tiveram seus cadastros suspensos nos últimos cinco anos em função do trabalho desenvolvido pelo **Centro de Monitoramento On-line (CMO) da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA)**.

Criado de forma pioneira em 2015 para combater as novas práticas de sonegação no ambiente digital, o CMO da Sefaz-BA tem como alvos irregularidades como empresas fantasmas, uso de laranjas e Microempreendedores Individuais (MEIs) que ultrapassaram o limite legal de faturamento. As informações geradas pelo CMO subsidiaram o trabalho das inspetorias fiscais, que emitiram autos de infração totalizando R\$ 700 milhões, dos quais R\$ 60 milhões já foram pagos.

No processo de monitoramento executado pelo CMO, assim que são identificados indícios de fraude fiscal a empresa suspeita é tornada inapta o mais rápido possível, por intermédio do bloqueio imediato da inscrição estadual. "As fraudes vêm se sofisticando no ambiente digital, mas o fisco baiano tem consolidado ferramentas tecnológicas para combater os hackers digitais e outros tipos de fraudes on-line", afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório. Entre as fraudes levantadas estão empresas criadas apenas para emitir documentos fiscais sem as respectivas entradas de produtos e aquelas, pelo contrário, criadas apenas para serem destinatárias de mercadorias, sem processarem vendas.

De acordo com gerente de Monitoramento de Contribuintes da Sefaz-BA, César Furquim, com o monitoramento em tempo real, a Sefaz "acompanha mais de perto a movimentação dos contribuintes envolvidos em fraudes digitais e sonegação de ICMS, padronizando os processos de monitoramento e inserindo novos dispositivos na legislação em função das irregularidades que vêm sendo identificadas".

O montante movimentado de forma fraudulenta é grande, diz Furquim. "Muitas vezes vemos uma empresa de outro estado emitir dezenas de notas fiscais para um mesmo destinatário, o que demonstra claramente que existe um conluio entre fornecedor e comprador", explica.

Nova realidade

O modelo de monitoramento em tempo real, que tem chamado a atenção de outros estados, teve seus procedimentos aprofundados no fisco baiano com a implantação da Gerência de Monitoramento de Contribuintes, dentro do processo de reestruturação deflagrado no início de 2019 para adequar a área de Administração Tributária da Sefaz-BA às transformações no planejamento e na execução da fiscalização motivadas pela nova realidade dos documentos fiscais digitais eletrônicos.

"O objetivo das mudanças é intensificar o combate à sonegação com uso intensivo da tecnologia", afirma o superintendente de Administração Tributária da Sefaz-BA, José Luiz Souza, lembrando que a Sefaz-Ba acaba de lançar o sistema e-Fiscalização, que irá aprofundar a chamada fiscalização sumária, modelo cuja aplicação vem se ampliando com o avanço da tecnologia baseada no cruzamento de dados fiscais digitais.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Veículo: G1	
Data: 19/11/2020	Caderno: Economia



Com socorro da União, 24 estados já conseguiram mais do que compensar perda de arrecadação em meio à pandemia

Estudo da Instituição Fiscal Independente (IFI) mostra excedente de R\$ 12 bilhões entre o que o governo federal transferiu e a perda de receita tributária nos estados.

Por Bianca Lima e Luiz Guilherme Gerbelli, GloboNews e G1

19/11/2020 05h01 Atualizado há uma hora

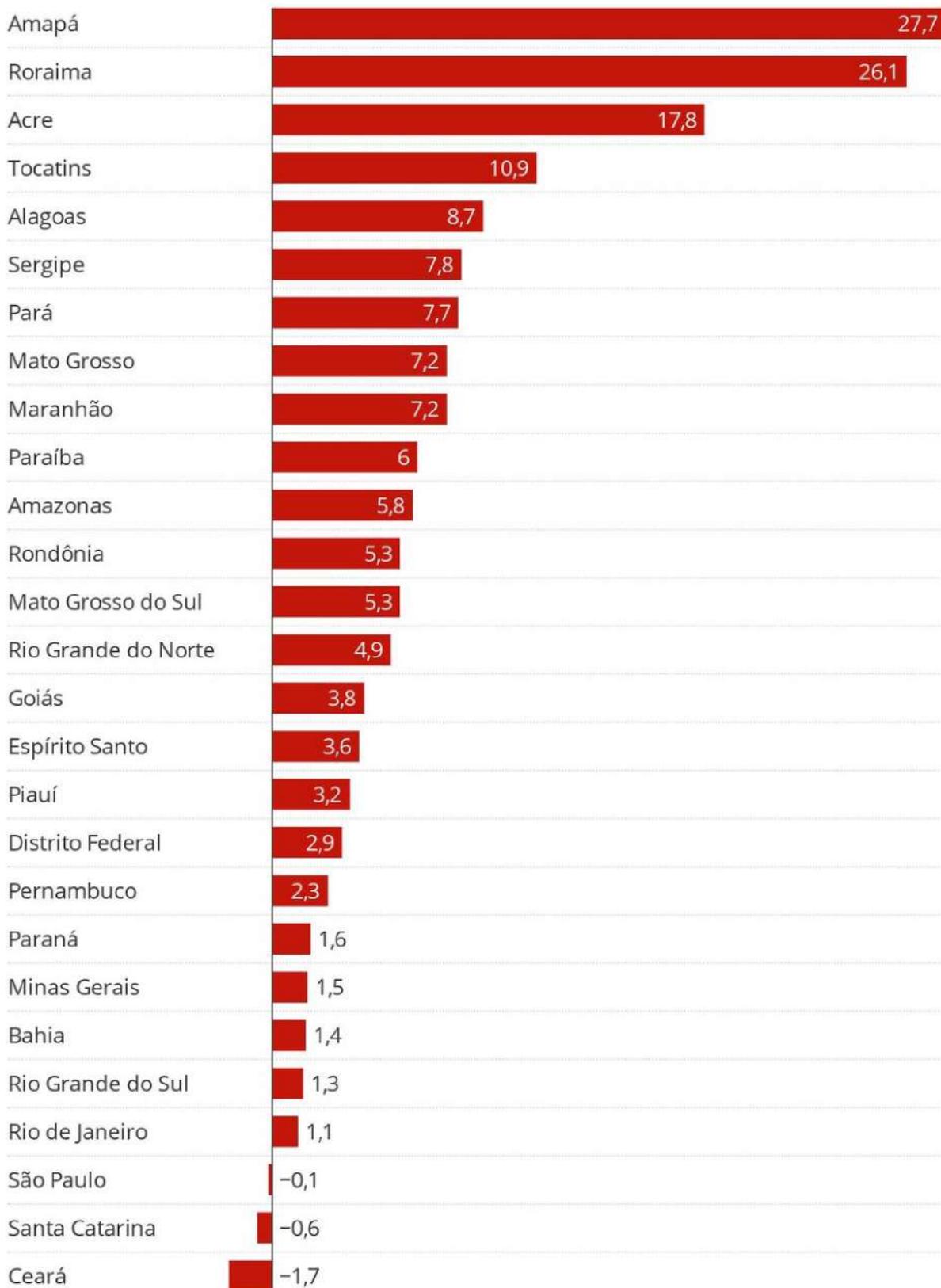
Para 24 governadores, a ajuda financeira concedida pelo governo federal com o objetivo de mitigar o impacto econômico provocado pela pandemia do novo coronavírus já foi mais do que suficiente para compensar a perda de arrecadação. Um estudo elaborado pela Instituição Fiscal Independente (IFI) - órgão ligado ao Senado Federal - revela que apenas **Ceará, Santa Catarina e São Paulo não registraram ganhos acumulados de receita no período de 12 meses até setembro.**

Em alguns estados, segundo o levantamento, a melhora chega a superar os dois dígitos de ganho em relação à receita tributária. O avanço mais expressivo foi observado no Amapá (27,7%), seguido por Roraima (26,1%), Acre (17,8%) e Tocantins (10,9%).

Ao todo, a ajuda do governo para os estados já superou as perdas em R\$ 12 bilhões.

Governadores com caixa cheio

Ganho acumulado dos estados no período de 12 meses até setembro; dados em % em relação à receita tributária



"Esses números evidenciam que o valor estipulado (pelo governo federal) acabou sendo maior do que o necessário para compensar a perda de receita, até porque não houve a opção de fazer o chamado 'seguro-receita', que é compensar exatamente o valor da perda", diz o diretor da IFI e responsável pelo estudo, Josué Pellegrini.

O levantamento leva em conta apenas a transferência de R\$ 37 bilhões do governo federal para os estados e, portanto, pode ser considerado conservador. O estudo não engloba, por exemplo, a suspensão da dívida dos Estados com a União nem os créditos extraordinários para a saúde.

O repasso de recursos a estados e municípios foi definido em lei sancionada em maio deste ano, para tentar reduzir os impactos provocados pela crise do coronavírus. Além dos R\$ 37 bilhões para os estados, foi definido o repasse de R\$ 23 bilhões para os municípios (veja aqui como foi a distribuição dos recursos)

A divisão de recursos da União para os estados foi definida com base na arrecadação do ICMS, no tamanho da população, na cota do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e na contrapartida que o governo federal desembolsa para garantir as isenções fiscais nas exportações.

"Os estados com uma participação maior na arrecadação de tributos acabaram tendo uma fatia menor do auxílio, em relação à participação na receita, enquanto que os estados que contam com uma participação menor na arrecadação terminaram com uma fatia maior do auxílio", explica Pellegrini

As contas estaduais também foram beneficiadas porque a crise econômica se revelou menos intensa do que a esperada. No início da pandemia, o Fundo Monetário Internacional (FMI) previa que a contração do Produto Interno Bruto (PIB) do país poderia chegar a 9,1% neste ano. Hoje, os analistas estimam uma queda bem menos intensa, de 4,66%.

Com a queda mais branda da atividade econômica, sobretudo por causa do impacto do Auxílio Emergencial, os estados também foram beneficiados pelo aumento da arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o principal tributo estadual e bastante atrelado ao ritmo da economia.



Com Auxílio Emergencial, maioria dos estados vê arrecadação de ICMS subir

"Havia a expectativa de uma atividade bem mais fraca, de uma queda bem pior. E isso não ocorreu justamente por conta do Auxílio Emergencial, da injeção enorme de recursos e do seu impacto sobre a demanda", afirma Pellegrini.

Na leitura do Comitê Nacional de Secretários da Fazenda, Finanças, Receitas ou Tributação dos Estados e Distrito Federal (Comsefaz), apenas no final deste ano será possível identificar a real dimensão do impacto do auxílio financeiro prestado pela União nas contas dos estados.

As contas estaduais, segundo o comitê, foram muito pressionadas pelo crescimento dos gastos em função da pandemia.

"Quando eu junto todos esses fatores, você vai ter uma realidade distinta, com mais estados que não foram compensados adequadamente pelos auxílios prestados pelo governo federal", diz o presidente do Comsefaz, Rafael Fonteles. "Estamos aguardando o final do ano para fazer um estudo específico sobre quais entes tiveram um auxílio superior à perda."

Melhora de caixa é incerta

A crise econômica provocada pelo coronavírus pegou boa parte dos governadores no contrapé. **A situação das contas públicas dos estados já era bastante crítica no início do ano, mas os estados tiveram de interromper as medidas de ajuste fiscal por causa da pandemia.**

Agora, a dúvida é como ficam as contas estaduais a partir do próximo ano, já que, por ora, não existe nenhuma previsão de continuidade das transferências extras da União e do Auxílio Emergencial e há incertezas sobre a intensidade da pandemia de coronavírus, o que pode voltar a travar a economia.

"São muitas as incógnitas para o país como um todo. A gente não sabe como a pandemia vai evoluir, se vai haver ou não uma segunda onda", afirma Pellegrini. "Tudo isso traz questões importantes", alerta.

Em 2021, as finanças estaduais também serão pressionadas por outro fator: os governadores terão de retomar o pagamento da dívida à União.

"A preocupação é exatamente para o fim do ano que vem, de como ficará a situação dos estados. Há uma melhora provisória, mas as medidas tomadas até agora poderão ser insuficientes para a saúde financeira dos entes subnacionais a partir do ano que vem", diz Fonteles, do Comsefaz.

Diante desse quadro, os especialistas avaliam que os estados vão ter de retomar reformas estruturais para garantir o equilíbrio das contas públicas, em especial com reformas, como a da Previdência e administrativa, que diminuam o peso dos gastos obrigatórios nos orçamentos estaduais.

"O problema central é o peso e a dinâmica das despesas obrigatórias, então é preciso pensar em soluções que deem instrumentos para os estados controlarem melhor esses gastos", diz Josué.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

PANDEMIA Petrobras prorroga trabalho remoto até 31 de março

atarde.com.br/economia

Armando Avena



ANÁLISE ECONÔMICA, FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

A Bahia retoma o crescimento

Após a flexibilização do isolamento social, a economia baiana reagiu num ritmo maior do que o esperado, mas não se sabe se essa retomada será consistente. O comércio varejista, por exemplo, registrou um crescimento recorde de 25% no 3º trimestre em relação ao segundo, mas o crescimento em setembro, em relação a agosto, foi de apenas 0,8%, já mostrando os efeitos do corte pela metade no auxílio emergencial. As vendas no varejo continuarão crescendo, já que neste mês de novembro ocorre a Black Friday e as compras de fim de ano vão impulsionar o comércio, mas o 1º trimestre de 2021 é uma incógnita, já que a possibilidade de uma 2ª onda de contágio do coronavírus permanece presente. A indústria baiana cresce há cinco meses consecutivos, com um incremento de 18% no terceiro trimestre em relação ao segundo. Naturalmente esse cres-

cimento se dá frente a uma base deprimida, mas a maioria dos setores vem aumentando a produção, com poucas exceções. A tendência é o aumento da produção nos próximos meses, mas no acumulado do ano vai se verificar uma queda de 4% ou mais na produção industrial. O agronegócio baiano voa em céu de brigadeiro e independe da Covid-19. A Bahia vai colher em 2020 uma safra recorde de quase 10 milhões de toneladas, um crescimento de 20% em relação a 2019. Esse de-

O comércio varejista, por exemplo, registrou um crescimento recorde de 25%

sempenho do agronegócio refletiu no comércio, que deve ter crescimento acentuado em cidades-polo, como Barreiras, Luís Eduardo, Juazeiro e outras. Quem mais sofreu com a pandemia foi o setor serviços, incluindo o turismo, e sua recuperação é mais lenta com um crescimento de 4,4% no 3º trimestre em relação ao segundo. Quanto ao turismo, o setor vem se recuperando gradualmente, e, em setembro, o índice de atividades turísticas na Bahia cresceu quase 34%, mas no acumulado do ano a

A construção civil está em efervescência com dezenas de novos lançamentos

queda no setor ainda é da ordem de 40%. Outro destaque é a construção civil, que está em efervescência com dezenas de novos lançamentos e mercado aquecido, especialmente por conta dos juros baixos. Essa retomada da atividade econômica teve efeito no mercado formal de trabalho, e no terceiro trimestre foram criados 30 mil novos empregos. Os números são da SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais. Mas, apesar do bom desempenho no 2º semestre, nada se pode dizer sobre 2021 tal a incerteza do cenário que inclui variáveis como a possibilidade de uma nova onda da Covid-19, o fim do auxílio emergencial, o gargalo fiscal e o comportamento da inflação. Mas, mesmo com toda a incerteza, haverá, mais cedo ou mais tarde, uma vacina que vai nos tornar imunes à Covid-19 e à irresponsabilidade administrativa e fiscal.

As maiores empresas

A Bahia tem 20 empresas entre as mil maiores do país, segundo o ranking 2020 do Valor Econômico. A predominância é de empresas do setor petroquímico, capitaneadas pela Braskem, e de celulose. No varejo aparece a rede Atakarejo, com faturamento anual de R\$ 1,8 bilhão, e a Le Biscuit. Na distribuição de combustíveis, destaca-se a Larco, 12ª maior do

setor e a 4ª maior empresa da Bahia com faturamento de R\$ 3,6 bi, e a Petrobahia. Duas estatais, Embasa e Bahiagás, e duas mineradoras, Ferbasa e Caraiiba, estão presentes. Completam o ranking o grupo LM, de Logística, a Globalpar de energia e a Santa Casa da Bahia, que faturou R\$ 640 milhões, mas registrou prejuízo de cerca de oito milhões.

A educação e os prefeitos

O prefeito eleito de Salvador, Bruno Reis – e todos os prefeitos eleitos na Bahia –, tem um exemplo a seguir na educação: o Ceará. Das 100 melhores escolas públicas do Brasil, 77 estão no Ceará. Nos últimos anos, o estado ultrapassou todas as metas do Ideb – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e é líder no Nordeste no ranking de melhores insti-

tuições. A receita é simples: meritocracia e estímulo. Estado e prefeitura instituíram premiações para as melhores escolas e alunos, com metas estabelecidas. O estado chegou a vincular o repasse de ICMS aos municípios às metas educacionais. Resultado: cidades como Sobral e Fortaleza passaram a ser referência em qualidade no ensino público.

DINHEIRO Empregado com jornada de trabalho reduzida deve receber os valores com base na remuneração completa

Trabalhador deve receber 13º e férias integrais

AGÊNCIA BRASIL

Trabalhadores com jornada de trabalho reduzida devem receber férias e 13º salários com base na remuneração integral. No caso dos contratos suspensos, o pagamento será proporcional, considerando os meses em que houve 15 dias ou mais de trabalho.

A conclusão está em nota técnica produzida pela Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia que analisa os efeitos dos acordos de suspensão do contrato de trabalho e de redução proporcional de jornada e de salário, por meio do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEM). O programa foi lançado pelo governo federal como uma das medidas para enfrentar a crise gerada pela pandemia de Covid-19. Para responder a questionamentos sobre o pagamento de férias e 13º sa-

lário para trabalhadores incluídos no BEM, a secretaria produziu a nota técnica.

Segundo a nota, trabalhadores com jornada de trabalho reduzida devem receber parcelas de 13º e férias com valor integral. “Esta regra deve ser observada especialmente nos casos em que os trabalhadores estiverem praticando jornada reduzida no mês de dezembro”, diz a secretaria. De acordo com a legislação, o 13º salário corresponde a 1/12 avos da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço.

Para os contratos suspensos, os períodos de suspensão não devem ser computados como tempo de serviço e para cálculo de 13º. A exceção é para os casos em que os empregados prestaram serviço por mais de 15 dias no mês, que já estão previstos na legislação vigente, favorecendo, assim, o trabalhador. A



Marcos Santos / USP Imagem

O 13º salário deve injetar R\$ 208 bilhões na economia

partir de 15 dias de trabalho o cálculo do 13º é feito como se fosse um mês integral.

“A diferenciação ocorre porque, na redução de jornada, o empregado permanece recebendo salário, sem afetar seu tempo de serviço na empresa, o que permite computar o período de trabalho para todos os efeitos legais. Com a suspensão dos contratos de trabalho, no entanto, a empresa não efetua pagamento de salários e o período de afastamento não é considerado para contagem de tempo de serviço, afetando assim o cálculo das férias e do 13º”, diz a secretaria.

A nota técnica esclarece que os períodos de suspensão do contrato de trabalho não são considerados no cálculo de tempo para ter direito a férias. “Os períodos de suspensão do contrato de trabalho não são computados para fins de período aquisi-

tivo de férias, e o direito de gozo somente ocorrerá quando completado o período aquisitivo, observada a vigência efetiva do contrato de trabalho”, diz a nota.

Entretanto, diz a secretaria, por meio de acordo coletivo ou individual, ou decisão do empregador, é possível considerar o período de suspensão na contagem do tempo e pagar o valor integral do 13º salário e conceder férias.

“Observando-se a aplicação da norma mais favorável ao trabalhador, não há óbice para que as partes estipulem, via convenção coletiva de trabalho, acordo coletivo de trabalho, acordo individual escrito, ou mesmo por liberalidade do empregador, a concessão de pagamento do 13º ou contagem do tempo de serviço, inclusive no campo das férias, durante o período da suspensão contratual temporária e excepcional”, diz a nota.

ODEBRECHT

Fim do monitoramento externo

DA REDAÇÃO

A Odebrecht recebeu a confirmação de que está encerrado o monitoramento externo independente do Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ) vinha realizando dentro da empresa desde fevereiro de 2017.

O monitorado DoJ certificou que o sistema de conformidade da Odebrecht, incluindo as suas políticas e procedimentos, está desenhado e implementado para prevenir e detectar potenciais violações das leis anticorrupção. Esse sistema é reconhecido por todos os integrantes do Grupo Odebrecht como parte importante das operações.

Com melhorias significativas no ambiente de controle da empresa, a Odebrecht é, atualmente, uma empresa

diferente. “A conclusão do monitoramento e a certificação dada pelo monitor do DoJ são o atestado mais eloquente de que a Odebrecht aprendeu com os próprios erros e chegou ao mesmo nível das corporações que atuam com ética, integridade e transparência”, disse o presidente do conselho de administração da Odebrecht S.A., José Mauro Carneiro da Cunha.

“Este é um caminho sem volta, de acordo com o compromisso assumido e reafirmado pelos acionistas e por todos os integrantes da Odebrecht. Agora, a nossa concentração é o futuro”.

Trabalho extenso

A diretora de conformidade da Odebrecht S.A., Olga Pontes, diz que o monitoramento acompanhou de perto as

mudanças promovidas pela empresa. O importante agora, segundo ela, é manter uma contínua resposta à evolução dos riscos. “Conformidade”, afirma Olga, “é responsabilidade de todos. É fruto do engajamento e comprometimento de cada um dos nossos integrantes”.

O trabalho de monitoramento, que estava previsto no

Esse sistema é reconhecido por todos os integrantes do Grupo Odebrecht

acordo de leniência assinado em dezembro de 2016, foi minucioso e extenso, com alcance global. Pessoalmente e por videoconferência, foram entrevistados mais de 900 integrantes, incluindo membros de conselhos de administração, líderes de negócios e gerentes de projetos.

Cerca de 30 mil documentos relacionados às operações da empresa e ao programa de conformidade foram revistos. A equipe do monitor viajou a sete países, visitou 11 canteiros de obras, testou mais de cinco mil transações, recomendou melhorias em políticas e procedimentos e fez pesquisa com mais de 1.300 integrantes para avaliar a percepção e eficácia do programa de conformidade e o compromisso da empresa de manter um programa de conformidade.

TRANSAÇÕES

Taxa de rejeição do sistema Pix está em 6,5%

AGÊNCIA BRASIL

A taxa de rejeição de transferências e pagamentos por meio do Pix ficou entre 6,5% e 6,7%, depois de atingir 9% no primeiro dia de funcionamento pleno do novo sistema, na última segunda-feira. A informação é do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, que participou ontem de evento virtual organizado pelo Itaú BBA.

Campos Neto destacou que essa taxa de rejeição ficou próxima das transferências feitas por DOC, que é de 5%. Ele explicou que a rejeição ocorre quando há inserção de dados incorretos, como o número do CPF, e citou também que várias tentativas de achar uma cha-

ve fazem o sistema cair.

Segundo ele, é possível fazer transferências ou pagamentos sem ter uma chave, inserindo os dados da mesma forma que o cliente bancário faz quando envia um DOC. Mas o processo é mais rápido com a chave e há redução da possibilidade de erro. “Entendemos que é um processo que vai avançar bastante nos próximos dias. Isso tende a melhorar à medida que as pessoas cadastrarem mais chaves”, disse.

O presidente do BC reforçou que o sistema de liquidação do Pix não apresenta instabilidades e tem capacidade para mais operações de transferência e pagamentos do que as que estão sendo feitas nos últimos dias.

O índice de atividades turísticas na Bahia cresceu 33,7% em setembro, deste ano, em relação a agosto, a maior variação positiva do país nesta base comparativa, conforme Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE. O turismo foi o setor que mais sofreu na pandemia por causa do isolamento e das restrições de mobilidade, mas com a reabertura dos destinos e seguindo os protocolos de biossegurança, o setor gradualmente volta a crescer.

Há o que comemorar, afinal a retomada dos voos para a Bahia, embora gradual, vem acontecendo e a expectativa é a de que as companhias aéreas cheguem ao final do ano operando com um número de voos mais próximo da normalidade.

A taxa de crescimento da atividade turística na Bahia foi muito superior a nacional, que ficou em apenas 11,5% na comparação com agosto, evidenciando que o Estado tem potencial para virar o jogo e voltar a liderar o turismo nacional junto ao estado do

Rio de Janeiro.

Mas muito ainda precisa ser feito e o apoio do poder público ao setor neste momento é fundamental. Portanto, o pacote de medidas para estimular o turismo no país, lançado pelo Ministério do Turismo, é muito bem-vindo. Chamado de Retomada do Turismo, o conjunto de ações tem iniciativas organizadas em quatro eixos: preservação de empresas e empregos no setor de turis-

Artigo Carlos de Souza Andrade

A lenta recuperação do turismo

Nesse momento as empresas do turismo enfrentam enorme dificuldade para ter acesso a linhas de crédito, indispensáveis para preservar empregos

mo; melhoria da estrutura e da qualificação de destinos; implantação dos protocolos de biossegurança; e promoção e incentivo às viagens.

É preciso, no entanto, que esse programa não fique apenas no papel. Nesse momento as empresas do turismo enfrentam enorme dificuldade para ter acesso a linhas de crédito, indispensáveis para preservar empregos. Mas há perspectivas. O novo programa do Governo Federal prevê inicia-

tivas compartilhadas entre setores público e privado, terceiro setor e Sistema S, entre elas o incentivo à adoção do selo Turismo Responsável e aos demais protocolos contra a covid-19 pelos prestadores de serviços turísticos, visitantes e comunidades receptoras, bem como a difusão de informações sobre linhas de crédito pelo Fundo Geral do Turismo (Fungetur).

Esperamos que essas medidas possam ajudar o setor a ultrapassar esse período tão difícil, afinal as empresas precisam de apoio já que a pandemia persiste, para a possibilidade de uma segunda onda e a vacina ainda não tem data prevista para aplicação. Com isso, eventos fundamentais, como o Carnaval, correm o risco de ser adiados e o turismo de negócios ainda não foi reativado. Assim, o poder público, nas esferas estadual e municipal, necessita dar atenção especial ao turismo baiano.

CARLOS DE SOUZA ANDRADE É PRESIDENTE DA FECOMÉRCIO-BA

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redabahia.com.br @satelite

●● A oposição na Câmara continuará a obstruir a pauta para cobrar a votação urgente da MP e garantir a ampliação do valor do auxílio emergencial de R\$ 300 para R\$ 600 até o fim da pandemia Alice Portugal

Deputada federal pelo PCdoB da Bahia

Cruz e espada

A disputa pelo comando da Assembleia Legislativa nos próximos dois anos colocou o governador Rui Costa (PT) em uma sinuca de bico política, avaliam líderes da base aliada ao Palácio de Ondina. Se entrar em campo para fazer valer o acordo que garante ao PSD a presidência da Casa, por meio da eleição do deputado estadual Adolfo Menezes, Rui corre risco de fortalecer ainda mais a posição do senador Otto Alencar no xadrez da sucessão de 2022. Com 105 prefeitos do PSD eleitos na Bahia, cardeais da base acham que não interessa ao governador entregar o Legislativo para o partido de Otto, sobretudo, durante o ano eleitoral. Por outro lado, apoiar a permanência do PP à frente da Assembleia pode provocar a perda da forte bancada do PSD na Casa, composta por nove parlamentares.

TEMPO NUBLADO

Ao mesmo tempo, é muito improvável aprovar uma emenda que permita a reeleição do presidente da Assembleia, Nelson Leal (PP). Para mudar a Constituição, são necessários 38 votos, soma que Leal está longe de conseguir.

Chave na porta

Em meio ao duelo de poder entre PP e PSD, a Assembleia se prepara para retomar as atividades presenciais a partir de 1º de dezembro. A data foi prevista com base no período de 14 dias para que deputados e servidores envolvidos na corrida eleitoral apresentem sinais de infecção pelo novo coronavírus, já que muitos deles estiveram expostos a contágio nas atividades de campanha. Antes de reabrir as portas, foram implementadas medidas de controle, a exemplo da instalação de totens com álcool em gel, regras de distanciamento e regime de turnão das 13h às 19h, para evitar uso do restaurante.

Perdas e ganhos

Derrotado por Elmo Vaz (PSB), reeleito em Irecê, Luizinho Sobral (Podemos) ganhou um prêmio de consolidação e tanto para se refazer do revés nas urnas. Com a vitória do deputado estadual Janio Natal (PL) em Porto Seguro, Sobral herdará o mandato do ex-correligionário do Podemos. Já o triunfo de Zé Cocá (PP) em Jequié assegurou o retorno do ex-deputado Carlos Ubaldino (PSD). Agora, quem está de olho no resultado do segundo turno em Vitória da Conquista é outro ex-deputado, Luiz Augusto (PP), que ganhará a vaga caso Zé Raimundo (PT) seja eleito.

Resta um

Às vésperas de anunciar quem apoiará em Feira de Santana, o candidato derrotado do Podemos, Carlos Geilson, terceiro lugar no primeiro turno, sinalizou a aliados sua preferência pelo prefeito Colbert Martins (MDB). Embora colecionasse críticas à gestão do emedebista, Geilson afirmou que diferenças ideológicas e pessoais com Zé Neto (PT) tornam a união extremamente difícil.

Palavra dada

Segunda maior petroquímica do país, a Unigel confirmou os planos de reativar a antiga Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (Fafen) da Petrobras em Camaçari até fim de junho. O anúncio será feito amanhã, durante visita do secretário de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Alexandre Jorge da Costa, à unidade da companhia.

ECONOMIA

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

Um país assim complicado

Tudo é sempre um pouco mais complicado quando se trata de política brasileira. Os partidos nem sempre são o que parecem, o centrão é de direita, o DEM veio do PFL, que veio do PDS, que nasceu na Arena, partido da ditadura, mas isso não quer dizer que seus líderes concordem com a defesa que Bolsonaro faz da mesma ditadura. O PSD é de Gilberto Kassab, político que se adapta a qualquer governo, mas o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, a maior vitória do partido, é crítico do presidente, principalmente da política de combate à pandemia.

A política brasileira é toda matizada, confirmando a lendária afirmação de que o Brasil não é para principiantes. O novelo das tendências políticas é tal que para entender é preciso puxar fio por fio.

O DEM tem maiores ambições, segundo aviso do seu presidente, ACM Neto, dado na entrevista publicada ontem pelo "Valor". Quer ter um candidato ou estar na chapa da próxima disputa presidencial. Ele se fortaleceu neste primeiro turno. Aumentou o número de prefeituras e foi o que mais fez prefeito de capital logo na primeira rodada, entre elas, Salvador, onde o eleito Bruno

Reis teve o maior percentual de votos e sucede a duas administrações de ACM Neto. Por que esse capital eleitoral seria posto a serviço de um presidente sem lealdades e com posições extremistas? Não seria neto de quem é se fizesse essa opção.

Na primeira República, os partidos eram estaduais. Tem horas que parece que esse DNA está ainda presente nas agremiações. O mesmo partido tem alianças diferentes dependendo da unidade da federação. Cada caso tem uma história à parte. Cada estado tem uma história toda particular de alianças, heranças e tendências.

O Acre tem uma história de extremos. Foi o primeiro estado em que o PT foi para um segundo turno, com Jorge Viana, em 1990. Depois de ser prefeito de Rio Branco, ele chegou ao governo do estado com a bandeira ambiental. Ficou dois

A política brasileira não é para principiantes. Cada estado tem uma história toda particular de alianças, heranças e tendências

mandatos. Veio o governo Binho Marques, que não quis concorrer à reeleição, apesar de 64% de aprovação. Em seguida, veio o criticado governo de Tião Viana. O PT teve cinco mandatos no governo estadual e quatro na prefeitura, chegou a eleger três senadores e a maioria da bancada federal. Nesta eleição, não conseguiu eleger um único vereador na capital.

Em 2018, o Acre deu a maior vitória a Bolsonaro, 82,77% dos votos. Elegeu o senador Márcio Bittar (MDB), um radical antiambiental. Junto com Flavio Bolsonaro (Republicanos) pro-

pôs o fim de qualquer reserva legal. Nesta eleição, Rio Branco levou para o segundo turno o pecuarista Tião Bocalom (PP), do mesmo partido do governador, que por sua vez apoiou a atual prefeita Socorro Neri (PSB), que está no segundo turno. Apesar da vitória acachapante em 2018 e da guinada conservadora permanecer em alta, a popularidade do presidente caiu no Acre. O único candidato que assumiu a defesa de Bolsonaro foi Ruy Duarte (MDB), que ficou em quarto lugar. O socioambientalismo sobrevive no Vale do Acre, onde nasceu, com destaque para a reeleição do prefeito de Xapuri.

O Espírito Santo teve vários governos de esquerda ou centro-esquerda, deu vitória de 63,19% a Bolsonaro em 2018. Hoje, a taxa de aprovação do presidente é de apenas 28%. O segundo turno em Vitória será

disputado entre João Coser (PT), e Delegado Lorenzo Pazolini (Republicanos). Apesar do partido de Pazolini, quem teve o apoio de Bolsonaro lá foi o Capitão Assunção, um dos líderes do motim da Polícia Militar.

Qualquer estado que se olhe tem particularidades e nuances inesperadas. No Rio, o PSOL amargou um 6º lugar na disputa para a prefeitura, mas fez o vereador mais votado, Tarcísio Motta, e uma bancada de sete vereadores, tão grande quanto a do DEM e a do Republicanos que disputam o segundo turno. Em São Paulo, PT e PSDB fizeram a maior bancada, ambos com oito vereadores. Mas o PT ficou em 6º na disputa pela prefeitura. O PSOL, que foi para o 2º turno, fez a segunda maior, empatado com o DEM, que nem candidato majoritário teve.

O mesmo centrão que esteve nos governos de Fernando Henrique, Lula, Dilma e Temer está hoje com Bolsonaro, mas pode não estar. Segundo a definição de um político experiente: "O centrão troca de camisa quando sente o cheiro de mudança. Num dia era 'presidenta' Dilma, no outro votava pelo impeachment." A política é assim complicada no Brasil.

*COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

A jornada foi reduzida, mas o 13º é integral

Veja as novas regras definidas pelo governo para trabalhadores com contrato suspenso

Marina Hortelão* e **Agências**
REPORTAGEM
marina@hrtz.com.br

Trabalhadores que tiveram a jornada e o salário reduzidos durante a pandemia do novo coronavírus terão direito a 13º salário integral, de acordo com nota técnica da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia. Por outro lado, diz a nota, no caso de suspensão temporária do contrato de trabalho, os valores do 13º deverão ser calculados de forma proporcional ao tempo de serviço durante o ano, sem contar o tempo de suspensão. A exceção é para quem exerceu sua atividade por mais de 15 dias no mês.

A mesma regra vale para as férias. A nota técnica define que os períodos de suspensão do contrato de trabalho não serão levados em conta para o período aquisitivo de férias. Assim, o trabalhador terá direito às férias somente após completar 12 meses de trabalho. Já a jornada reduzida não deve ter impacto sobre o pagamento da remuneração adicional de férias.

A Secretaria do Trabalho informou que a nota técnica foi publicada devido aos questionamentos diários que recebe sobre o assunto. "Não se mostra razoável não emitir um direcionamento claro à sociedade, considerando que a ausência de posicionamento causa insegurança jurídica no planejamento dos empregadores sobre os cálculos que devem observar", diz na nota.

A nota técnica informa que não há impedimento para que o 13º ou as férias sejam pagas ao trabalhador com contrato suspenso, seja por meio de convenção coletiva, acordo coletivo ou individual ou mesmo por liberalidade do empregador.

O advogado trabalhista Nilton Simões, sócio-fundador do escritório Rangel e Simões Advogados, explica que a nota sanou uma dúvida sobre o cálculo do 13º e das férias para os profissionais afetados pela lei que permite a redução do salário proporcionalmente à carga horária e a suspensão do contrato de trabalho. "Com a Medida Provisória 936 surgiu a possibilidade de suspender o contrato de trabalho e reduzir a jornada de forma proporcional

•• A nota técnica regula um direito que já existe. Ela só vem para esclarecer o processo para que o RH e a contabilidade saibam a forma como proceder
Nilton Simões

Advogado trabalhista

•• Estou com a redução desde o primeiro mês da medida provisória. Agora, recebo menos e tenho uma folga por semana para compensar
Monique Regina

Auxiliar administrativa

ao salário. Na época, entretanto, não houve uma definição sobre reflexos dessas possibilidades no cálculo do 13º e nas férias, estávamos com essa discussão há um tempo", relata o advogado, que classificou a nota do Ministério da Economia como "esclarecedora".

PUNIÇÃO

Agora, as empresas devem seguir a nota da pasta, indica o advogado. Caso descumpram a determinação, os empregadores podem ser punidos pelos auditores do trabalho. "A nota do ministério tem um poder vinculativo porque é com base nela que os auditores fiscais vão se pautar para fazer as fiscalizações", explica.

Caso os trabalhadores não recebam os valores como determinado pela nota, é possível fazer uma denúncia ao Ministério da Economia, o que pode resultar em uma autuação da empresa. Além disso, segundo Simões, o empregado que se sentir lesado pode ajuizar uma reclamação trabalhista para pleitear que o cálculo seja feito de acordo com a nota. As empresas também não podem alegar não ter recursos para pagar os benefícios com o valor integral.

Desde abril, a auxiliar administrativa Monique Regina, 26 anos, tem a carga horária e o salário reduzidos em 25%. Assim que a nota técnica que rege sobre o pagamento do 13º foi divulgada, ela foi correndo pesquisar mais sobre a novidade, afinal, iria ganhar mais logo no final do ano. Para esse ano pandêmico, a meta é aproveitar o tempo em casa e juntar o dinheiro do 13º.

"Essa novidade foi boa. Não tenho planos para gastar o dinheiro, o que é bom. Se fosse em outros anos, eu já teria gastado antes de receber", diz. Com a redução salarial, Monique recebe cerca de R\$ 70 a menos por mês, somados o salário e a parcela que recebe do governo.

Até a última terça-feira, foram celebrados 1.049.363 acordos na Bahia no âmbito do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Foram 456.944 acordos de suspensão dos contratos de trabalho e outros 592.419 de redução da carga horária e salário.

***COM ORIENTAÇÃO DO SUBEDITOR GERALDO BASTOS**

SAIBA MAIS

• Como ficam o 13º e as férias para quem teve a jornada de trabalho reduzida?

13º: recebe integral, equivalente à remuneração do dezembro (sem considerar a redução). Férias: tem direito a férias normalmente, após 12 meses trabalhados, com pagamento do mês integral mais 1/3.

• Como fica o 13º para quem teve o contrato de trabalho suspenso?

13º: o cálculo é feito sobre o salário de registro, relativo a dezembro. Porém, são computados apenas os meses trabalhados, sendo 1/12 de salário por mês trabalhado. São considerados meses trabalhados aqueles em que a pessoa trabalhou pelo menos 15 dias. Assim, quem ficou três meses com o contrato suspenso, por exemplo, vai receber 9/12 de salário como 13º. Férias: o período em que o contrato ficou suspenso não conta para as férias. O trabalhador terá direito a férias quando completar 12 meses trabalhados. O pagamento das férias será integral mais 1/3 (ver simulação).

• Como calcular os valores do 13º para quem teve contrato suspenso?

Um trabalhador que teve o contrato suspenso por quatro meses, sem trabalhar ao menos 15 dias no mês, e com salário de R\$ 2.000 no mês de dezembro, deverá receber R\$ 1.333,33 como 13º. Caso tivesse trabalhado os 12 meses do ano, esse valor seria de R\$ 2.000. A conta do valor efetivo é feita dividindo o salário integral (R\$ 2.000) por 12, e multiplicando pelo número de meses efetivamente trabalhados (a partir de 15 dias de trabalho). Se a suspensão começou, por exemplo, em 11 de abril e foi até 30 de maio, o funcionário deixou de trabalhar dois meses inteiros e, por isso, esses meses não contam. Mas, se a suspensão começou no dia 20 de abril, o funcionário trabalhou 19 dias naquele mês – então este mês conta, porque ele trabalhou mais que 15 dias.

• Quem for demitido a partir de agora tem direito ao 13º e férias pagas de forma integral no caso de redução da jornada?

Quem for demitido tem direito ao recebimento do 13º proporcional aos meses trabalhados, bem como às férias, considerando o valor do último salário, sem levar em conta a redução na remuneração.

• Como fica a situação de quem recebeu o 13º adiantado?

O trabalhador que já recebeu a primeira parcela pode receber a complementação da diferença na segunda parcela. Cabe à empresa fazer os ajustes necessários.

• Se nota técnica não tem força de lei, as empresas são obrigadas a seguir as recomendações?

A nota técnica não tem força de lei, mas é uma interpretação feita pelo próprio órgão que fiscaliza as empresas – então, se não houver o cumprimento e se a empresa não seguir essa orientação do governo, ela está passível de sofrer uma autuação da fiscalização trabalhista, além de sofrer reclamação trabalhista individual ou até mesmo coletiva via sindicato ou Ministério Público do Trabalho (MPT).

• Quando será pago o 13º salário?

A primeira parcela do 13º deve ser paga até 30 de novembro, e a segunda, até 15 de dezembro.

• Quem tem direito ao 13º?

Têm direito ao 13º salário todos os trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada, urbano ou rural, avulso e doméstico, além dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Os trabalhadores que possuem, por exemplo, menos de um ano na empresa têm direito ao 13º salário proporcional aos meses trabalhados por mais de 15 dias.

SIMULAÇÕES: 13º PARA QUEM TEVE CONTRATOS SUSPENSOS

R\$ 1.045
Suspensão de contrato por três meses
Valor do 13º: R\$ 783,75

R\$ 1.500
Suspensão de contrato por seis meses
Valor do 13º: R\$ 750

R\$ 5.000
Suspensão de contrato por quatro meses
Valor do 13º: R\$ 3.333

***Os valores em destaque são os valores dos salários**

Tribuna

Lei Kandir

O Senado aprovou, ontem, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 133/2020, que trata da reposição de perdas de arrecadação dos estados em virtude da Lei Kandir, de 1996. Trata-se de um assunto antigo, que tem colocado estados e União em lados opostos, em uma briga que, inclusive, chegou ao Supremo Tribunal Federal (STF). O Projeto prevê o pagamento de R\$ 62 bilhões da União para os estados, a título de compensação pelas perdas de arrecadação na época da Lei Kandir, de 1996. O acordo tem objetivo de fazer o ressarcimento de R\$ 58 bilhões até 2037.

RAUL MONTEIRO

Eleição mostra
fortaleceram Ce

Paraíso Azul II

O sonho da casa nova virou realidade para as 54 famílias que irão residir no conjunto habitacional Paraíso Azul II, no bairro do Costa Azul, em Salvador. Construídas pelo Governo do Estado com um investimento superior a R\$ 6,1 milhões, as habitações foram entregues pelo governador Rui Costa, na manhã desta quarta-feira (18). Na oportunidade, Rui lembrou que as famílias beneficiadas já moravam no bairro, mas em residências precárias. "Estamos entregando as moradias nesta comunidade em etapas. Pelas fotografias, dá para ver que antes aqui era uma ocupação com muitos barracos, e agora as pessoas estão passando a contar com uma moradia digna. A última etapa deve ser entregue em fevereiro", destacou o governador.



Rui Costa

Conder

Além de desaprovar a prestação de contas do convênio 240/2010 (Processo TCE 007967/2018), firmado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder) e a Prefeitura Municipal de Amélia Rodrigues, a Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE-BA), em sessão ordinária ontem, condenou o ex-prefeito Antônio Carlos Paim Cardoso a devolver R\$ 15.062,30 (após acréscimo de correção monetária e aplicação de juros de mora) aos cofres públicos e a pagar duas multas: uma sancionatória, de R\$ 2 mil, e outra compensatória, de R\$ 3 mil.

Veículo: Política Livre	Caderno: Bahia
Data: 18/11/2020	



Senado aprova projeto que viabiliza R\$ 65 bi a Estados e municípios por lei Kandir

economia

O Senado aprovou nesta quarta-feira, 18, proposta que autoriza a transferência de R\$ 65,6 bilhões até 2037 de recursos da União a Estados e municípios para compensar perdas de arrecadação provocadas pela Lei Kandir.

O dinheiro vai compensar perdas de arrecadação decorrentes da isenção da cobrança de ICMS de produtos destinados à exportação. O projeto foi aprovado por 70 votos a 0 e segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

O valor está previsto em acordo firmado no Supremo Tribunal Federal (STF) entre a União e o Fórum Nacional de Governadores, homologado em maio deste ano. Em contrapartida, os Estados deverão desistir de ações judiciais protocoladas na Corte para cobrar as perdas.

Do total repassado como compensação, R\$ 58 bilhões devem ser transferidos entre 2020 e 2037. Estão previstos também, como parte do acordo, dois repasses extras da União. Um, de R\$ 3,6 bilhões, condicionado à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do pacto federativo, que está no Senado. O outro, de R\$ 4 bilhões, depende do leilão de petróleo dos blocos de Atapu e Sépia, na Bacia de Santos (SP).

Para destravar a medida, o relator, senador Antonio Anastasia (PSD-MG), aceitou um pedido do governo e retirou do texto o artigo que determinava a extinção do Fundo Social do pré-sal. O trecho foi o motivo da demora para analisar a matéria, já que não havia consenso sobre o fim do fundo, cujo recursos são determinados para investimentos na área de saúde e educação.

Nesta quarta-feira, 18, o presidente da República, Jair Bolsonaro, sancionou uma lei que permite o início do cumprimento do acordo. Pelo acordo, a primeira parcela do total devido pela União será quitada ainda neste ano.

“A solução final, e agradeço ao governo por isso, foi a mais satisfatória porque acalma o tema e permite aos Estados, ainda no ano de 2020, receberem o valor de cerca de R\$4 bilhões, que é um valor expressivo no momento de dificuldade que Estados e Municípios vivem. É bom lembrar que os municípios também receberão 25% desses montantes”, disse Anastasia durante a sessão.

O líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), destacou que, apesar do acordo para agilizar o pagamento para este ano, é importante discutir o espaço orçamentário, já que essa despesa irá se estender por muitos anos. “Isso vai pressionar o orçamento público federal. E, portanto, é importante que essa matéria voltará a ser revisitada.”

A proposta é resultado de um acordo – firmado pela União e por representantes de estados e homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em maio – que tem o objetivo de pôr fim a um impasse de mais de 20 anos.

Em 1996, entrou em vigor uma lei que estabeleceu regras para cobrança do ICMS – tributo de competência estadual, distribuído entre o Estado (75%) e seus municípios (25%).

Batizada de Lei Kandir, essa legislação isentou da cobrança de ICMS a exportação de produtos primários e semielaborados – como soja, milho, carnes e minérios – com o objetivo de estimular exportações e reduzir custos para o produtor.

O texto previa que a União deveria, de forma provisória, compensar estados e municípios pela perda na arrecadação do tributo. Defensores do projeto dizem que a contrapartida nunca foi devidamente equacionada, o que resultou na judicialização do tema.

Estadão Conteúdo

Veículo: Bahia Econômica	Coluna:
Data: 19/11/2020	



POLÍCIA FEDERAL ACHA R\$ 250 MIL NA CASA DE ACUSADO E GOVERNO INFORMA : SOMOS A FAVOR DA APURAÇÃO



admin 19 Novembro, 2020

Por: João Paulo Almeida e Aline Damazio

A Polícia Federal, com o apoio da Controladoria-Geral da União (CGU), deflagrou na manhã desta quinta-feira (19) a Operação Metástase, que visa desarticular esquema de fraude em licitações e desvio de recursos públicos destinados à gestão do Hospital Regional de Juazeiro – HRJ. **Em contato com o portal Bahia Econômica** a Polícia Federal informou que foram apreendidos R\$ 250 mil reais na casa de um dos suspeitos, cujo nome não foi revelado. Sabe-se que o dinheiro estava em uma das casas em Salvador.

Em nota a Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE) informou que acompanha, o cumprimento do mandado de busca e apreensão na sede da Secretaria Estadual de Saúde (Sesab), nesta quinta-feira (19), de documentos relacionados ao Hospital Regional de Juazeiro e às instituições IBDAH e APMI. A orientação é a de garantir o fiel cumprimento da decisão judicial, considerando que o Estado da Bahia é o maior interessado nos esclarecimentos dos fatos.

Veículo: Bahia Econômica	Coluna:
Data: 19/11/2020	



POLÍCIA FEDERAL FAZ OPERAÇÃO NA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO



19 Novembro, 2020

A Polícia Federal, com o apoio da Controladoria-Geral da União (CGU), deflagra na manhã desta quinta-feira (19) a Operação Metástase, que visa desarticular esquema de fraude em licitações e desvio de recursos públicos destinados à gestão do Hospital Regional de Juazeiro – HRJ. Agentes da Polícia Federal estão nesse momento na sessão de contratos da secretaria estadual de saúde (SESAB) no Centro Administrativo para fazer apurações. Estão sendo cumpridos cinco mandados de prisão preventiva, um mandado de prisão temporária e 16 mandados de busca e apreensão, expedidos pela Justiça Federal em Juazeiro e nos municípios baianos de Castro Alves, Guanambi e Juazeiro. A Secretária de Saúde informa que não tem nada a ver com as investigações que seriam destinadas à empresa que administra o Hospital de Juazeiro.

Conforme apurado, a organização criminosa investigada, mediante fraudes em licitações públicas, passou a dominar a gestão de inúmeras unidades da rede estadual de saúde sob gestão indireta, por intermédio de diferentes Organizações Sociais de Saúde – OSS, que, todavia, são controladas por um mesmo grupo empresarial, quase sempre registradas em nome de “laranjas”.

De acordo com a Polícia Federal, essas instituições gestoras das unidades de saúde (OSS), então, passaram a contratar empresas de fachada ligadas ao mesmo grupo, de forma direcionada e com superfaturamento, por meio das quais os recursos públicos destinados à administração hospitalar eram escoados, sem que muitos dos serviços fossem efetivamente prestados ou os produtos fossem fornecidos. Boa parte dessas empresas são de consultoria, assessoria contábil e empresarial, comunicação social, além de escritórios de advocacia.

Foto: Agencia Brasil

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 19/11/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 19 de Novembro de 2020 - 09:20

PGE diz que objetivo é garantir 'fiel cumprimento' de operação na sede da Sesab

Diante da operação deflagrada pela Polícia Federal (PF) na sede da Secretaria de Saúde da Bahia, na manhã desta quinta-feira (19), a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) emitiu uma nota para dizer que tem interesse na apuração dos fatos. No caso da pasta estadual, os agentes focam no setor de contratos das Organizações Sociais de Saúde (OSS's).

"A orientação é a de garantir o fiel cumprimento da decisão judicial, considerando que o Estado da Bahia é o maior interessado nos esclarecimentos dos fatos", disse a PGE em nota.

O principal foco da operação a Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Castro Alves (APMI), organização que detém o contrato do Hospital Regional de Juazeiro. Mas o IBDAH, responsável pela operação do hospital, também é alvo.

Supostos desvios investigados em setembro na unidade saúde foram a base para os mandados expedidos hoje ([veja aqui](#)). Os agentes cumprem seis mandados de prisão e outros 16 de busca e apreensão em Salvador, Juazeiro, Guanambi e Castro Alves ([saiba mais aqui](#)).

Veículo: Bocão News	Coluna: Bahia
Data: 19/11/2020	



Operação da PF na Bahia: “Estado tem interesse na apuração dos fatos”, diz PGE



19 de Novembro de 2020 às 09:11 Por: Vagner Souza/ BNews Por: Redação BNews

A Procuradoria Geral do Estado da Bahia se pronunciou, por meio de nota, sobre a **Operação Metástase, da Polícia Federal**, que visa desarticular esquema de fraude em licitações e desvio de recursos públicos destinados à gestão do Hospital Regional de Juazeiro – HRJ. Agentes da PF estiveram na manhã desta quinta-feira (19), na Secretaria Estadual de Saúde (Sesab), localizada no Centro Administrativo da Bahia (CAB). A PGE informou que acompanha o caso e tem interesse nas investigações.

Confira a nota:

“A Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE)acompanha, por um dos seus Procuradores de Estado, o cumprimento do mandado de busca e apreensão na sede da Secretaria Estadual de Saúde (Sesab), nesta quinta-feira (19), de documentos relacionados ao Hospital Regional de Juazeiro e às instituições IBDAH e APMI. A orientação é a de garantir o fiel cumprimento da decisão judicial, considerando que o Estado da Bahia é o maior interessado nos esclarecimentos dos fatos”.

Operação Metástase

A sede da secretaria da Saúde do Estado foi alvo de busca e apreensão pela Polícia Federal com o objetivo de ter acesso aos contratos junto a Associação de Proteção à maternidade e infância de Castro Alves - APMICA.

A Operação Metástase, que visa desarticular esquema de fraude em licitações e desvio de recursos públicos destinados à gestão do Hospital Regional de Juazeiro – HRJ. Estão sendo cumpridos cinco mandados de prisão preventiva, um mandado de prisão temporária e 16 mandados de busca e apreensão, expedidos pela Justiça Federal em Juazeiro, nos municípios baianos de Salvador, Castro Alves, Guanambi e Juazeiro.

Conforme apurado, a organização criminosa investigada, mediante fraudes em licitações públicas, passou a dominar a gestão de inúmeras unidades da rede estadual de saúde sob gestão indireta, por intermédio de diferentes Organizações Sociais de Saúde – OSS, que, todavia, são controladas por um mesmo grupo empresarial, quase sempre registradas em nome de “laranjas”.

De acordo com a Polícia Federal, essas instituições gestoras das unidades de saúde (OSS), então, passaram a contratar empresas de fachada ligadas ao mesmo grupo, de forma direcionada e com superfaturamento, por meio das quais os recursos públicos destinados à administração hospitalar eram escoados, sem que muitos dos serviços fossem efetivamente prestados ou os produtos fossem fornecidos. Boa parte dessas empresas são de consultoria, assessoria contábil e empresarial, comunicação social, além de escritórios de advocacia.

Veículo: G1	
Data: 18/11/2020	Caderno: Economia



'Saída fácil é furar o teto. Nós não faremos isso', diz Paulo Guedes

Regra do teto de gastos define que despesas da União não podem superar inflação do ano anterior. Instituição Fiscal Independente vê 'risco elevado' de governo furar limite.

Por Gustavo Garcia, G1 — Brasília

18/11/2020 19h28 Atualizado há 13 horas

O ministro da Economia, **Paulo Guedes**, afirmou nesta quarta-feira (18) que a "saída fácil" é furar a regra do **teto de gastos**, mas que o governo não fará isso porque seria "irresponsabilidade com as futuras gerações".

Guedes deu a declaração em um evento organizado pela revista "Exame". A emenda constitucional do teto de gastos foi **promulgada em 2016**, vale por 20 anos e prevê que os gastos da União (Executivo, Legislativo e Judiciário) não podem crescer acima da inflação do ano anterior.

Na segunda (16), a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado, divulgou um relatório no qual afirmou que a retomada da economia brasileira será "lenta" e com **"risco elevado" de rompimento do teto de gastos** em 2021.

"Enquanto o Brasil não tiver a coragem de enfrentar esse problema de indexação automática de despesas, onde a classe política não controla 96% dos orçamentos, nós não podemos sonhar em abrir mão dessa bandeira do teto", disse Guedes nesta quarta.

"O teto foi colocado lá sem paredes. Colocaram o teto, mas não havia paredes, que são as reformas. E o pior, com um piso que sobe o tempo inteiro, espremendo os gastos do governo contra o teto. A saída fácil é furar o teto. Nós não faremos isso. Isso é uma irresponsabilidade com as futuras gerações", completou o ministro.

Segundo Paulo Guedes, o governo vê o ano de 2021 como um ano de "forte recuperação cíclica". De acordo com o ministro, a economia brasileira deve crescer no ano que vem "entre 3% e 4%".

Guedes disse ainda que o Brasil deve terminar 2020 com um número menor de empregos formais fechados do que o registrado na crise de 2015. O ministro costuma dizer que a economia terá "retomada em V", numa referência ao desenho do gráfico de desempenho, indicando queda acentuada da atividade econômica, seguida de retomada acentuada. Entre os fatores que, segundo Guedes, podem ajudar na retomada econômica, está o desenvolvimento de uma vacina contra a Covid-19.

'Ideia' de furar o teto

Em 13 de agosto deste ano, o presidente **Jair Bolsonaro** disse que **a 'ideia' de furar o teto 'existe'** e que "o pessoal debate", emendando: "Qual o problema?".

Um dia antes, no entanto, em 12 de agosto, Bolsonaro havia defendido a responsabilidade fiscal e afirmado que **o teto de gastos era o "norte" do governo**.

Privatizações

No evento promovido pela revista "Exame", Paulo Guedes também defendeu a privatizações de empresas estatais, como a Eletrobras e os Correios. O ministro criticou o que chamou de "acordo político", em Brasília, contra a pauta de privatizações.

"Somos um governo de centro-direita, ganhamos a eleição dizendo que vamos privatizar, como é que vai ter um acordo político que impede privatizações? Então, o governo finalmente está achando o seu eixo político. Não vamos aumentar impostos [...]. Há acordos políticos de centro-esquerda que impedem a privatização", disse o ministro, sem dar detalhes.

Segundo Guedes, o Brasil poderia obter quase R\$ 1 trilhão com a venda de estatais e outro montante semelhante com a venda de imóveis da União.

Outros temas

No pronunciamento, o ministro da Economia também:

- comemorou a aprovação, pelo Senado, da **proposta que dá autonomia ao Banco Central** ao prever mandatos para os diretores da instituição;
- disse que a alta nos preços de alimentos e de materiais de construção é "transitória" e relacionada ao pagamento do auxílio emergencial;
- defendeu a desoneração da folha de pagamento das empresas e disse que a tributação da folha é um tipo de "arma de destruição em massa de empregos".

Veículo: G1	
Data: 18/11/2020	Caderno: Economia



Senado aprova projeto que destina R\$ 4 bi para serviço de transporte coletivo

Pelo texto, repasse será feito a estados e municípios com mais de 200 mil habitantes e liberado a empresas em etapas. Pelo projeto, recursos têm origem em fundo extinto por medida provisória.

Por Gustavo Garcia e Sara Resende, G1 e TV Globo — Brasília

18/11/2020 16h53 Atualizado há 17 horas

O **Senado** aprovou nesta quarta-feira (18) o projeto que destina **R\$ 4 bilhões da União para o serviço de transporte coletivo**. O texto segue para sanção presidencial.

Em um primeiro momento da sessão, os senadores aprovaram o texto-base e, depois, passaram à votação de um destaque (proposta de alteração da redação original), que foi rejeitado.

De acordo com a proposta, **já aprovada pela Câmara dos Deputados**, os R\$ 4 bilhões têm origem em recursos vinculados ao Fundo das Reservas Monetárias (FRM), extinto por meio de uma medida provisória **editada em junho** pelo presidente **Jair Bolsonaro**. A estimativa é que o fundo tenha cerca de R\$ 8,6 bilhões.

O que diz o projeto

A proposta cria um regime emergencial para o transporte coletivo urbano e metropolitano, voltado a municípios com mais de 200 mil habitantes. Pelo texto, os recursos serão transferidos a estados e municípios e liberados a empresas de transporte em etapas, após cumprimento de uma série de condições estabelecidas em um termo de adesão (*veja mais abaixo*).

Estados e municípios interessados nos recursos deverão manifestar interesse em assinar o termo até 60 dias após a publicação da lei.

Os recursos devem ser aplicados de forma proporcional ao número de passageiros transportados por cada empresa.

Além disso, o texto veda o aumento de tarifa no serviço de transporte público coletivo de passageiros, urbano ou semiurbano, nos estados e municípios que receberem a ajuda, enquanto durar o decreto de calamidade pública (até 31 de dezembro).

Divisão de recursos

A distribuição dos R\$ 4 bilhões será feita da seguinte forma:

- **70% para municípios:** divisão será feita de forma proporcional à população;
- **30% para estados e DF:** divisão será feita de forma proporcional à população residente em municípios em regiões metropolitanas, regiões integradas de desenvolvimento ou aglomerações urbanas que tenham pelo menos um município com mais de 200 mil habitantes.

Segundo o texto, a transferência deve ser feita a fim de promover o equilíbrio econômico dos contratos, além de adequar o serviço aos padrões sanitários, com a seguinte ordem de prioridade:

- aquisição de bens essenciais à prestação do serviço de transportes públicos (se forem veículos, devem ser novos ou ter, no máximo, cinco anos);
- aquisição antecipada de bilhetes de passagens (preferencialmente destinados a beneficiários de programas sociais do governo federal);
- contratação de prestação de serviços de transporte de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida em veículos adaptados.

Pelo projeto, os recursos podem ser usados em outras finalidades, a depender das especificidades do sistema local, desde que sejam justificados pelo ente público responsável e estejam definidos no termo de adesão assinado pelos beneficiários.

Compromissos

O interessado em receber o benefício deve assinar um termo de adesão e seguir as condições e compromissos para receber o dinheiro federal. As condições são:

- fazer a revisão dos contratos de prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros até 31 de dezembro de 2021;
- adotar instrumentos de priorização do transporte público coletivo de passageiros e do transporte não motorizado em relação ao transporte individual motorizado com base na Política Nacional de Mobilidade Urbana;
- vedar a adoção de novas gratuidades de forma a não aumentar a tarifa dos usuários;
- definir critérios para a repartição dos recursos entre os diferentes operadores do serviço de transporte público coletivo de passageiros;

- definir diretrizes para a redução gradual das emissões de dióxido de carbono (CO₂) de origem fóssil e de poluentes, com a utilização de combustíveis e tecnologias mais limpas e sustentáveis;
- cumprimento de obrigações contratuais junto às empresas, incluindo quitação de dívidas e de contraprestações pecuniárias pendentes, exceto aquelas originadas durante o estado de calamidade pública.
- A possibilidade de o município ceder, em favor do estado, o direito de recebimento dos recursos também deve estar definida no termo de adesão. Conforme a proposta, os estados e municípios beneficiados com os recursos que não revisarem os contratos do serviço de transporte público até o fim de 2021 ficam sujeitos a sanções, como a suspensão das transferências de recursos pela União para a área de transporte e a impossibilidade de celebrar contratos ou receber empréstimos de órgãos ou entidades federais no setor.

Veículo: Política Livre	Caderno: Economia
Data: 19/11/2020	



Equipe econômica vê pautas prioritárias destravadas no Congresso apenas após fevereiro

economia

Parada por causa do período eleitoral, a pauta de votações de medidas econômicas de grande impacto e consideradas urgentes pelo governo tem grande chance de ser destravada apenas a partir de fevereiro de 2021, avaliam membros do Ministério da Economia.

Com isso, o Congresso terminaria o ano sem votar propostas que retiram amarras do Orçamento e abrem espaço para a criação de um novo programa social.

A dificuldade é atribuída a três fatores: eleições municipais, ainda pendentes de conclusão do segundo turno; sucessão da Mesa Diretora no Congresso, com votação prevista para fevereiro; e a crise elétrica no Amapá, estado do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

O novo cenário derrubou a expectativa de que projetos-chave voltariam a tramitar logo após o primeiro turno.

Auxiliares do ministro Paulo Guedes (Economia) afirmam que projetos mais polêmicos, como as reformas tributária e administrativa, não têm chance de prosperar neste ano.

Para eles, há espaço apenas para textos “amenos”, mais técnicos e que não geram grande disputa. Entre as medidas possíveis, estão a Lei de Falências e marcos regulatórios de infraestrutura, o que inclui o projeto de incentivo à navegação de cabotagem.

A expectativa da Economia e de líderes partidários é que seja aprovada a lei que traça as diretrizes para a elaboração do Orçamento de 2021.

Dessa forma, o governo poderia iniciar o ano com o dispositivo que deixa as contas públicas em uma espécie de piloto automático, com autorização para gastar mensalmente um doze avos do valor previsto para o ano.

Há dúvidas sobre a possibilidade de aprovação do Orçamento propriamente dito. A comissão que trata do tema não foi instalada por causa de uma disputa entre partidos, em antecipação da briga pela sucessão à Presidência da Câmara.

Na avaliação de técnicos e de líderes do Congresso, se o impasse persistir, a solução vai ser votar a LDO diretamente em plenário. No governo, já há quem trabalhe com o mesmo cenário para a LOA (Lei Orçamentária Anual).

Com a virada do ano, está previsto o fim do auxílio emergencial pago a trabalhadores informais durante a pandemia do novo coronavírus. Para evitar um corte abrupto, o governo pretendia iniciar 2021 já com um novo programa social, ampliando o valor e o número de beneficiários do Bolsa Família.

No entanto, propostas da equipe econômica para fundir outros programas não foram aceitas pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que, inicialmente, queria um valor próximo a R\$ 300 para o benefício.

O plano alternativo prevê que a fonte de financiamento do programa venha da aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial, que cria uma série de gatilhos de ajuste fiscal e retira amarras do Orçamento.

Na Economia, o clima nos bastidores é de ceticismo. A avaliação é que dificilmente a proposta será aprovada neste ano.

No Congresso, pelas contas do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se o texto voltasse a tramitar no Senado após o primeiro turno das eleições, seria possível promulgá-lo na primeira quinzena de janeiro, em um cenário que contemplaria a revogação do recesso parlamentar.

No entanto, o relator da PEC, senador Márcio Bittar (MDB-AC), não deu qualquer indicação sobre quando pretende entregar o texto. Isso atrasa o cronograma estimado por Maia, que defende que a proposta seja votada antes da LOA.

Técnicos do Senado afirmam ainda que não há previsão de data para apresentação do relatório ou votação da PEC.

Apesar do cenário adverso, líderes lembram que, se o texto for realmente prioritário, é possível fazer uma votação célere. No caso da PEC que adiou as eleições municipais, a proposta foi aprovada nas duas Casas em praticamente uma semana —no Senado em 23 de junho e na Câmara, em dia 1º de julho.

No caso da PEC Emergencial, entretanto, o debate envolve temas polêmicos, como corte de salários de servidores e alteração da regra de gasto mínimo com saúde e educação.

Sem a fonte de recurso para o novo programa social, assessores de Guedes dizem acreditar que o Bolsa Família será mantido, sem ampliação do número de beneficiários. Se houver mudanças no programa ainda neste ano, dizem acreditar que serão pontuais e acessórias.

Técnicos do governo afirmam que o choque provocado pelo fim do auxílio não será tão grande porque o benefício pago neste ano estimulou a formação de poupança das famílias, o que pode servir como um colchão para os primeiros meses de 2021.

Economistas e organismos internacionais, porém, defendem a manutenção de auxílios aos vulneráveis.

Como alternativa, o governo quer reforçar programas de microcrédito para estimular a retomada das atividades de pequenos empreendedores.

Sob o diagnóstico de que o desemprego em alta persistirá no ano que vem, a equipe de Guedes também quer insistir em propostas já rejeitadas por congressistas e Bolsonaro.

Para reduzir os custos de contratação, pode renascer a carteira de trabalho verde e amarela, em formato semelhante à proposta rejeitada neste ano pelo Congresso. O modelo de contratação seria mais flexível e com encargos menores.

Além disso, o ministro não desistiu de tentar emplacar um imposto digital que nega ser uma nova CPMF, em discurso que não convence os congressistas.

Maia, por exemplo, já disse publicamente ser contrário ao tributo, mas afirmou que pautaria o texto assim que o governo enviasse formalmente uma proposta, o que também não aconteceu até o momento.

A equipe econômica aguarda aval de líderes partidários para tentar emplacar a proposta. Técnicos defendem que a medida seja apresentada apenas depois que Maia deixar a Presidência da Câmara, em fevereiro.

Veículo: Política Livre	Caderno: Economia
Data: 19/11/2020	



Senado aprova 3ª fase de socorro a micro e pequenas empresas com mais R\$ 10 bi

economia

O Senado aprovou na noite desta quarta-feira, 18, a terceira fase do Pronampe, programa destinado a socorrer micro e pequenas empresas afetadas pela crise da covid-19. O texto prevê a disponibilização de mais R\$ 10 bilhões do Tesouro Nacional como garantia para os empréstimos. A matéria segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

O autor do projeto que viabiliza a nova etapa do programa, senador Jorginho Mello (PL-SC), previu um aumento dos juros do empréstimo de 1,25% mais a taxa Selic (atualmente em 2%) para 6% mais a Selic. A mudança viria junto com a redução da porcentagem das garantias, para estimular os bancos a emprestarem até 4 vezes o valor da garantia, chegando a R\$ 40 bilhões.

As mudanças nas regras estavam acertadas, até então, com a relatora do texto, senadora Kátia Abreu (PP-TO). No início da análise da votação do projeto, no entanto, a relatora apresentou uma proposta diferente. A parlamentar propôs manter as condições atuais do programa, com taxa de juros em 1,25% mais a taxa Selic e prazo de pagamento de 36 meses.

Segundo ela, não seria possível conceder os R\$ 40 bilhões até o final deste ano. Ela ressaltou que, como se trata de recursos extraordinários, precisam ser gastos neste ano. “Não está justificando aumentar os juros para um período tão curto, os nossos pequenos empresários apenas pagarem um juro mais alto e ter-se um número pequeno de pessoas atendidas”, disse.

A proposta da relatora teve apoio do autor do texto e do líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). “O Congresso sempre terá liberdade, a iniciativa na proposta orçamentária para o ano que vem, que nós ainda vamos deliberar, de tentar encontrar um espaço fiscal para que nós tenhamos um orçamento para o Pronampe no próximo ano”, disse ao sinalizar que a continuidade do programa em 2021 ainda deve ser analisada.

Os parlamentares também apoiaram sugestão do senador Esperidião Amin (PP-SC) ao governo para a edição de uma Medida Provisória (MP) prevendo a liberação dos R\$ 10 bilhões previstos na proposta. A medida, segundo ele, agilizaria a liberação do dinheiro imediatamente, já que o projeto de lei ainda seguirá para análise dos deputados e sanção presidencial. Uma MP tem vigência imediata, assim que é editada pelo presidente, embora o texto também precise de aprovação dos parlamentares pelo prazo de 120 dias.

O Pronampe é destinado a microempresas com faturamento de até R\$ 360 mil por ano e pequenas empresas com faturamento anual de R\$ 360 mil a R\$ 4,8 milhões.

O valor do empréstimo é de até 30% da receita bruta anual da empresa no ano passado, o que corresponde a, no máximo, R\$ 108 mil para microempresas e R\$ 1,4 milhão para empresas de pequeno porte.

Para novas companhias, com menos de um ano de funcionamento, há duas opções: o limite do empréstimo pode ser de até metade do capital social ou de 30% da média do faturamento mensal – neste caso, a média é multiplicada por 12 na hora do cálculo.

A lei em vigor para o Pronampe também dá a possibilidade de empréstimo aos profissionais liberais, desde que não possuam vínculo empregatício de qualquer natureza ou tenham participação ou sociedade em alguma empresa.

Neste caso, eles têm a chance de começar a pagar o empréstimo somente oito meses depois da formalização da operação de crédito. O valor do financiamento feito pelos liberais não pode passar de R\$ 100 mil.

Estadão Conteúdo

Veículo: Política Livre	Caderno: Economia
Data: 18/11/2020	



Governo pode rediscutir teto se Congresso desindexar Orçamento, diz Guedes

economia

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou, nesta quarta-feira (18), que o governo pode rediscutir a continuidade do teto de gastos se o Congresso retirar amarras do Orçamento, desindexando, desvinculando e desobrigando as contas públicas.

A regra, incluída na Constituição em 2016, limita o crescimento das despesas do governo à variação da inflação por 20 anos. A margem para o cumprimento do teto está cada vez mais apertada, o que pode inviabilizar o funcionamento da máquina pública.

“É uma questão de merecimento. A classe política assumindo o controle dos orçamentos públicos, sendo plenamente responsável pela despesa, com tudo desindexado, sem o piso [dos gastos] andar, nós podemos, no segundo momento, examinar se o Brasil precisa ou não disso [teto de gastos]”, disse o ministro, em evento promovido pela revista Exame.

“Mas, enquanto o Brasil não tiver a coragem de enfrentar esse problema de indexação automática das despesas, onde a classe política não controla 96% do Orçamento, não podemos sonhar em abrir mão dessa bandeira do teto”, afirmou. O crescimento constante dos gastos obrigatórios, como folha de pagamentos, Previdência e outros benefícios, foi aos poucos comprimindo o Orçamento sob o teto de gastos.

Neste ano, por conta da emergência da pandemia do novo coronavírus, o governo pôde fazer despesas por fora da regra fiscal. Para 2021, porém, a IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão ligado ao Senado, avalia que é alto o risco de estouro do teto.

Não há margem orçamentária, por exemplo, para ampliar obras públicas ou reforçar programas sociais. Diante da perda de renda de parte da população e aumento do desemprego, economistas e parlamentares defendem uma flexibilização da regra fiscal para viabilizar investimentos e atender às demandas sociais.

O ministro reforçou, no entanto, que isso só será possível após a retirada de amarras do Orçamento. Uma proposta de autoria do governo e que tramita no Congresso já elimina parte dessas travas. “Nossa geração só pode sonhar em ver o céu, sem o teto, no dia em que reassumir o controle dos orçamentos, sem indexação, vinculação, gastos obrigatórios”, afirmou.

Guedes argumenta que o Congresso virou refém de um Orçamento engessado. Segundo ele, é preciso devolver o protagonismo à classe política. Com a medida, o ministro afirma que os políticos teriam o poder de manejar os recursos públicos e decidir quais áreas receberão mais verbas.

Críticos, no entanto, afirmam que a proposta pode impactar diretamente os mais pobres. O governo não seria obrigado, por exemplo, a aplicar um valor mínimo anual com saúde. Na desvinculação, seria possível acabar com o reajuste de aposentadorias pela inflação.

Folhapress

Veículo: Política Livre	Caderno: Economia
Data: 18/11/2020	



O grande ativo do mundo financeiro hoje é o controle de dados, diz presidente do BC

economia

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que o grande ativo do mundo financeiro hoje é o controle de dados, ao falar sobre o open banking (ou sistema financeiro aberto) em evento virtual do Itaú BBA nesta quarta-feira (18).

A implementação do open banking, plataforma pela qual o cliente poderá compartilhar informações bancárias em busca de serviços mais vantajosos, será feita em fases até outubro de 2021.

A primeira entrará no fim deste mês, quando os bancos terão de fornecer informações de seus produtos e serviços, além de canais de atendimento.

No evento, Campos Neto ressaltou que quando uma empresa produz uma mercadoria ou oferece um serviço, ela paga impostos, o que não ocorre com a produção e armazenamento de dados. “Acreditamos que essa é a corrida do ouro”, disse.

“No mercado de trabalho, há um tempo era difícil achar um programador, hoje é difícil achar um cientista de dados”, ressaltou. “Acho que deveríamos estar contratando mais cientistas de dados que macroeconomistas”, completou.

Segundo ele, há uma tendência de verticalização da indústria de dados, pagamentos e vendas.

“Na mesma empresa você é capaz de vender, fazer o pagamento e saber o que o cliente achou do produto. Ainda temos o armazenamento em nuvem, que está 80% concentrado nas mãos de quatro empresas. Se o armazenamento também entra na cadeia, você tem um sistema fechado e impenetrável, acho que essa é a corrida”, disse.

Verticalização é conceito empresarial em que uma companhia concentra todos os processos para a produção de um produto.

Em contrapartida, Campos Neto disse acreditar que a nova tecnologia também poderá gerar segmentação, o que significa cada empresa se especializando em uma etapa do processo. No fim de outubro, o BC criou a figura do iniciador de transação de pagamento, nova modalidade de empresas que atuará no open banking apenas fazendo a conexão entre o consumidor e o meio de pagamento.

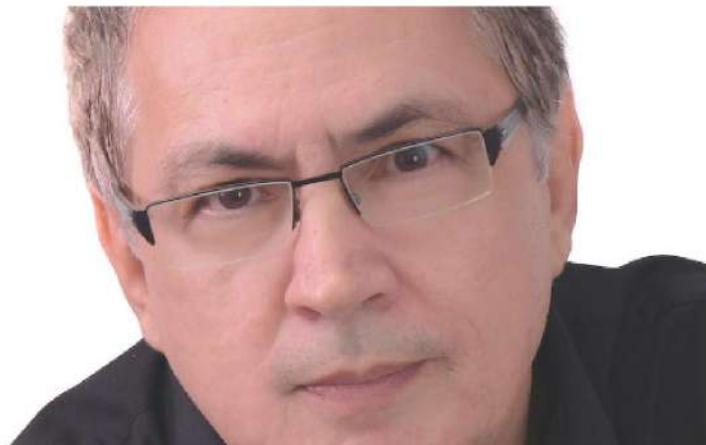
“Cada player tem uma demanda diferente, um faz a liquidação, outro atua na conectividade e nesse processo teremos empresas que vão se especializar em outras coisas, como em pegar os dados e oferecer serviços”, afirmou.

Folha

Veículo: Bahia Econômica	Coluna: Armando Avena
Data: 19/11/2020	



JORNAL A TARDE – ARMANDO AVENA: A BAHIA RETOMA O CRESCIMENTO



19 Novembro, 2020

Após a flexibilização do isolamento social, a economia baiana reagiu num ritmo maior do que o esperado, mas não se sabe se essa retomada será consistente. O comércio varejista, por exemplo, registrou um crescimento recorde de 25% no 3º trimestre em relação ao segundo, mas o crescimento em setembro, em relação a agosto, foi de apenas 0,8%, já mostrando os efeitos do corte pela metade no auxílio emergencial.

As vendas no varejo continuarão crescendo já que neste mês de novembro ocorre a Black Friday e as compras de fim de ano vão impulsionar o comércio, mas o 1º trimestre de 2021 é uma incógnita, já que a possibilidade de uma 2ª onda de contágio do coronavírus permanece presente. A indústria baiana cresce há cinco meses consecutivos, com um incremento de 18% no terceiro trimestre em relação ao segundo. Naturalmente esse crescimento se dá frente a uma base deprimida, mas a maioria dos setores vem aumentando a produção, com poucas exceções.

A tendência é o aumento da produção nos próximos meses, mas no acumulado do ano vai se verificar uma queda de 4% ou mais na produção industrial. O agronegócio baiano voa em céu de brigadeiro e independe da Covid-19. A Bahia vai colher em 2020 uma safra recorde de quase 10 milhões de toneladas, um crescimento de 20% em relação a 2019. Esse desempenho do agronegócio reflete no comércio que deve ter crescimento acentuado em cidades polo, como Barreiras, Luiz Eduardo, Juazeiro e outras.

Quem mais sofreu com a pandemia foi o setor serviços, incluindo o turismo, e sua recuperação é mais lenta com um crescimento de 4,4% no 3º trimestre em relação ao segundo. Quanto ao turismo, o setor vem se recuperando gradualmente e em setembro, o índice de atividades turísticas na Bahia cresceu quase 34%, mas no acumulado do ano a queda no setor ainda é da ordem de 40%. Outro destaque é a construção civil que está em efervescência com dezenas de novos lançamentos e mercado aquecido, especialmente por conta dos juros baixos. Essa retomada da atividade econômica, teve efeito no mercado formal de trabalho e no terceiro trimestre foram

criados 30 mil novos empregos. Os números são da SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais.

Mas, apesar do bom desempenho no 2º semestre, nada se pode dizer sobre 2021 tal a incerteza do cenário que inclui variáveis como a possibilidade de uma nova onda da Covid-19, o fim do auxílio emergencial, o gargalo fiscal e o comportamento da inflação. Mas, mesmo com toda a incerteza, haverá, mais cedo ou mais tarde, uma vacina que vai nos tornar imunes da Covid-19 e da irresponsabilidade administrativa e fiscal.

AS MAIORES EMPRESAS

A Bahia tem 20 empresas entre as mil maiores do país, segundo o ranking 2020 do Valor Econômico. A predominância é de empresas do setor petroquímico, capitaneadas pela Braskem, e de celulose. No varejo aparece a rede Atakarejo, com faturamento anual de R\$ 1,8 bilhão, e a Le Biscuit. Na distribuição de combustíveis, destaca-se a Larco, 12ª maior do setor e a 4ª maior empresa da Bahia com faturamento de R\$3,6 bi, e a Petrobahia. Duas estatais, Embasa e Bahiagás, e duas mineradoras, Ferbasa e Caraíba, estão presentes. Completam o ranking, o grupo LM, de Logística, a Globalpar de energia e a Santa Casa da Bahia, que faturou R\$ 640 milhões, mas registrou prejuízo de cerca de 8 milhões.

A EDUCAÇÃO E OS PREFEITOS

O prefeito eleito de Salvador, Bruno Reis, – e todos os prefeitos eleitos na Bahia – tem um exemplo a seguir na educação: o Ceará. Das 100 melhores escolas públicas do Brasil, 77 estão no Ceará. Nos últimos anos, o estado ultrapassou todas as metas do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – e é líder no Nordeste no ranking de melhores instituições. A receita é simples: meritocracia e estímulo. Estado e prefeitura instituíram premiações para as melhores escolas e alunos, com metas estabelecidas. O estado chegou a vincular o repasse de ICMS aos municípios às metas educacionais. Resultado: cidades como Sobral e Fortaleza passaram a ser referência em qualidade no ensino público.

Veículo: IAF	Caderno: Notícias
Data: 19/11/2020	



19/11/2020

IAF esclarece sobre aposentadorias solicitadas e não deferidas



Em conversa com Diretores da SEFAZ, fomos informados que a SAEB colocou dois técnicos à disposição da CARHU para auxiliar no processamento e conclusão dos processos de aposentadoria, anteriores à EC nº26/2020, pendentes de apreciação há um bom tempo, em face do prazo de 180 dias previstos em lei para desfecho do processo, após o pedido protocolado.

Se o AF não quiser exercer o direito de fruição da LICENÇA PRÊMIO (LP), isto não impede o deferimento do pleito de aposentadoria.

No entanto, caso o AF prefira gozar a LP antes de se aposentar, terá que solicitar formalmente esse direito e também a suspensão do processo de aposentadoria.

Por outro lado, não mais tendo interesse em se aposentar, deve desistir do pedido formulado, fazendo requerimento no SEI para tal finalidade.

Assim agindo, desistindo de pedido efetivado anteriormente, novo marco inicial será constituído para o estabelecimento das médias das vantagens que irão compor seus proventos – 12 meses anteriores à solicitação de aposentadoria ou 12 meses anteriores ao preenchimento dos requisitos para a aposentação (este último imutável, regra geral), prevalecendo a média que for mais benéfica ao AF.

Por fim, a SAEB somente pode publicar o ato de aposentadoria quando o processo for concluído na Suprev.

O IAF entende que a SEFAZ também poderia enviar comunicado aos Servidores esclarecendo esta questão.

Veículo: IAF	Caderno: Notícias
Data: 18/11/2020	



**INSTITUTO DOS
AUDITORES FISCAIS
DO ESTADO DA BAHIA**

18/11/2020

IAF se reúne com a SAT e reitera pedidos de garantias e mudanças na GF



O Instituto dos Auditores Fiscais do Estado da Bahia (**IAF**) esteve reunido na tarde de 12 de novembro com a Superintendência de Administração Tributária (**SAT**), tratando da demanda específica da Gratificação de Atividade Fiscal (**GF**).

Participaram da reunião virtual pelo IAF o Presidente **Marcos Carneiro** e os membros da diretoria e do conselho de representantes **José Luís**, **Marcelo Moreira**, **Augusto Ferrari** e **Ademilson Barnabé**, e pela SAT o Superintendente **José Luiz**, o Diretor da DPF **Anderson Sampaio** e o Gerente **Ricardo Maracajá**.

Em consonância com o Ofício IAF nº 26/2020 (**em anexo, clique em baixar**), encaminhado em 04 de agosto de 2020 ao Secretário da Fazenda, os dirigentes do instituto ressaltaram as justas demandas dos Auditores Fiscais que trabalham nas auditorias de estabelecimentos, notadamente os itens 3 e 4 do referido ofício.

[Oficio-026-2020-SEFAZ-PDF-e-GF-1 Baixar](#)

3. A gratificação de atividade fiscal seja apurada exclusivamente com base nas atividades desenvolvidas pelos servidores e, conseqüentemente, não sejam utilizados os pontos de conta corrente decorrentes de Auto de Infração;

4. Seja mantida ou fixada a pontuação máxima de pontos estabelecida atualmente em cada Inspetoria, até 31 de dezembro de 2021, tendo em vista a utilização eficiente da inteligência dos Auditores Fiscais nos diversos postos de trabalho da Sefaz, de forma igualitária.

O Superintendente da SAT informou que as demandas estão em análise, e que oportunamente informará a decisão da Administração.

POSICIONAMENTO DA DIRETORIA

Quanto ao item 3, por envolver a mudança de paradigma, a Diretoria do IAF entende ser imprescindível a revisão dos critérios da Gratificação de Atividade Fiscal (GF) que terá alterações da legislação, e necessitará de um maior tempo de estudos, análises, sistemas informatizados precisos e treinamentos prévios.

Quanto ao item 4, entende ser uma questão de bom senso a não obrigatoriedade de utilização de pontos de auto de infração atrelada a remuneração de Auditores Fiscais até 31 de dezembro de 2021 **(ou antes, caso se altere a atual critério da GF – item 3)**, pois continuamos operando com os reflexos de um quadro de pandemia/retração da atividade econômica afetando ainda substancialmente o trabalho de auditoria.

Portanto, solicitamos ao Secretário da Fazenda, quanto ao pleito do item 4, **a prorrogação do prazo anteriormente concedido até 31 de dezembro de 2020 para 31 de dezembro de 2021**, mesmo prazo legalmente estabelecido para a vedação de concessão de direitos da categoria.

A diretoria do IAF defende, **por uma questão de justiça e isonomia**, que os Auditores Fiscais que exercem atividades de auditoria de estabelecimentos tenham o mesmo tratamento dos demais colegas de outras áreas da Sefaz, ou seja, **passem a ser remunerados em sua totalidade por cumprimento de atividades**.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 19/11/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 19 de Novembro de 2020 - 10:00

Governo pode rediscutir teto de gastos se Congresso desindexar Orçamento, diz Guedes

por **Bernardo Caram** | Folhapress

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou, nesta quarta-feira (18), que o governo pode rediscutir a continuidade do teto de gastos se o Congresso retirar amarras do Orçamento, desindexando, desvinculando e desobrigando as contas públicas.

A regra, incluída na Constituição em 2016, limita o crescimento das despesas do governo à variação da inflação por 20 anos. A margem para o cumprimento do teto está cada vez mais apertada, o que pode inviabilizar o funcionamento da máquina pública.

"É uma questão de merecimento. A classe política assumindo o controle dos orçamentos públicos, sendo plenamente responsável pela despesa, com tudo desindexado, sem o piso [dos gastos] andar, nós podemos, no segundo momento, examinar se o Brasil precisa ou não disso [teto de gastos]", disse o ministro, em evento promovido pela revista Exame.

"Mas, enquanto o Brasil não tiver a coragem de enfrentar esse problema de indexação automática das despesas, onde a classe política não controla 96% do Orçamento, não podemos sonhar em abrir mão dessa bandeira do teto", afirmou.

O crescimento constante dos gastos obrigatórios, como folha de pagamentos, Previdência e outros benefícios, foi aos poucos comprimindo o Orçamento sob o teto de gastos.

Neste ano, por conta da emergência da pandemia do novo coronavírus, o governo pôde fazer despesas por fora da regra fiscal. Para 2021, porém, a IFI (Instituição Fiscal Independente), órgão ligado ao Senado, avalia que é alto o risco de estouro do teto.

Não há margem orçamentária, por exemplo, para ampliar obras públicas ou reforçar programas sociais.

Diante da perda de renda de parte da população e aumento do desemprego, economistas e parlamentares defendem uma flexibilização da regra fiscal para viabilizar investimentos e atender às demandas sociais.

O ministro reforçou, no entanto, que isso só será possível após a retirada de amarras do Orçamento. Uma proposta de autoria do governo e que tramita no Congresso já elimina parte dessas travas.

"Nossa geração só pode sonhar em ver o céu, sem o teto, no dia em que reassumir o controle dos orçamentos, sem indexação, vinculação, gastos obrigatórios", afirmou.

Guedes argumenta que o Congresso virou refém de um Orçamento engessado. Segundo ele, é preciso devolver o protagonismo à classe política. Com a medida, o ministro afirma que os políticos teriam o poder de manejar os recursos públicos e decidir quais áreas receberão mais verbas.

Críticos, no entanto, afirmam que a proposta pode impactar diretamente os mais pobres. O governo não seria obrigado, por exemplo, a aplicar um valor mínimo anual com saúde. Na desvinculação, seria possível acabar com o reajuste de aposentadorias pela inflação.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 19/11/2020	Caderno: Notícias



Quinta, 19 de Novembro de 2020 - 07:44

Organizações Sociais de Saúde são alvo de operação da PF na Bahia nesta quinta

A APMI, Organização Social de Saúde (OSs), é alvo de uma operação da Polícia Federal (PF) na manhã desta quinta-feira (19). Foram expedidos seis mandados de prisão, cinco de preventiva e um de temporária, e outros 16 de busca e apreensão em Salvador, Castro Alves, Guanambi e Juazeiro. O Bahia Notícias apurou que o setor responsável por contratos de OSs da Secretaria de Saúde do Estado (Sesab), em Salvador, também recebeu a visita da PF.

De acordo com a corporação, a operação batizada de Metástase, que faz alusão à corrupção como uma espécie de câncer da sociedade, conta com apoio da Controladoria-Geral da União (CGU) e visa a desarticular um esquema de fraude em licitações e desvio de recursos públicos destinados à gestão do Hospital Regional de Juazeiro. Na unidade, o contrato é da APMI, mas a gestão é feita pela IBDAH.

Os agentes apuraram que a organização criminosa investigada passou a dominar a gestão de inúmeras unidades da rede estadual de saúde sob gestão indireta. Com fraudes nas licitações públicas, eles usavam diferentes Organizações Sociais de Saúde (OSs), que, na verdade, são controladas pelo mesmo grupo empresarial. Ou seja, eram registradas em nome de "laranjas".

De acordo com a apuração da PF, essas OSs passaram a contratar empresas de fachada ligadas ao mesmo grupo investigado, com contratos feitos de forma direcionada e superfaturamento. Através desse esquema, "os recursos públicos destinados à administração hospitalar eram escoados, sem que muitos dos serviços fossem efetivamente prestados ou os produtos fossem fornecidos", diz a corporação.

A medida é decorrente de um inquérito instaurado em setembro pelo Ministério Público Federal (MPF) para apurar supostos desvios no Hospital Regional de Juazeiro. Na época, o inquérito teve como base possíveis desvios por parte da empresa que gere a unidade de saúde. Em resposta, a administração do hospital justificou que "supostos 'desvios' referentes ao não cumprimento das metas estipuladas carece de respaldo fático, visto que a execução dos serviços prestados obedece aos parâmetros qualitativos e quantitativos descritos no contrato de gestão" ([veja aqui](#)). *(Atualizada às 8h48)*

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 19/11/2020	Caderno: Economia



Entrevista:

Affonso Celso Pastore

Ex-presidente do Banco Central e sócio da A.C. Pastore & Associados

'QUANDO HÁ UM GOVERNO DE MÁ QUALIDADE, É PRECISO IMPOR A RESTRIÇÃO FISCAL DE FORA PRA DENTRO'

Segundo o ex-presidente do Banco Central, para evitar uma crise completa nas contas públicas, será preciso uma reforma administrativa que pegue todo mundo e uma reforma tributária que acabe com as distorções; a dúvida é se o governo tem coragem para articular isso com o Congresso

Adriana Fernandes

19 de novembro de 2020 | 05h00

Para o ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore, um dos economistas mais respeitados do País, o Brasil não vai conseguir andar muitos metros se não resolver urgentemente a questão das contas públicas. O País chega ao final deste ano com uma dívida próxima a 100% do PIB, após gastos bilionários para conter os efeitos da pandemia da covid-19. E as perspectivas não são boas – a projeção, segundo Pastore, é continuar crescendo até pelo menos 2028 ou 2029, quando chegaria a 110% do PIB. Em resumo, uma grande crise fiscal.

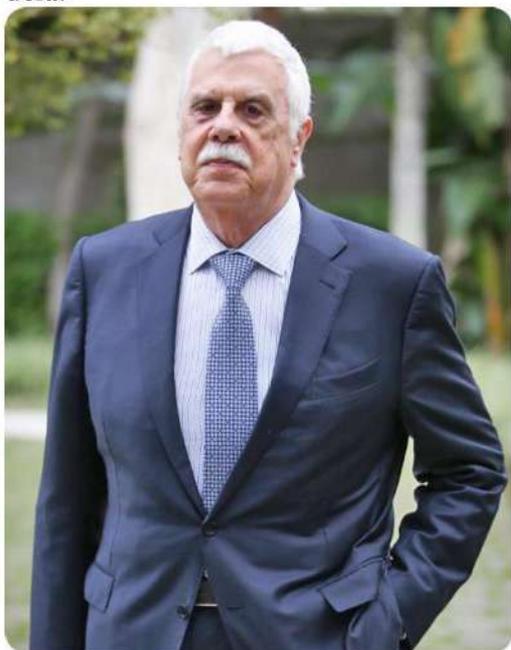
Para o economista, não há outra solução para esse problema que não seja fazer uma transferência de renda cortando gastos – ou seja, deixar de gastar com benefícios a servidores e subsídios ineficientes para que sobrem recursos. Para isso, é preciso que as reformas estruturais, como a tributária e a administrativa, saiam do papel. Mas o seu grande temor é que nada disso aconteça – e, pelo contrário, o governo simplesmente eleve os gastos, por conta das pressões que devem vir no ano que vem.

Pastore, colunista do Estadão, inaugura a série de entrevistas que vão discutir saídas para a crise fiscal que ronda o País.

● Qual tem sido o impacto da pandemia da covid-19 para a economia brasileira?

A pandemia pegou o Brasil numa situação fiscal muito frágil. O Brasil, como todos os países, teve de gastar e gerou um déficit primário (*despesas superiores às receitas*) que levou a dívida para próximo de 100% do

PIB. Isso é uma restrição importante ao crescimento econômico. Não podemos fugir de fazer um ajuste fiscal sério, e a pandemia ainda não terminou. O País entrou em uma recessão, curta, e agora estamos saindo dela.



- Está em curso uma recuperação rápida?

Não tenho dúvida de que foi rápida, mas a questão aqui não é o ano de 2020, mas o de 2021. A recuperação foi rápida porque se desligou a economia, a máquina parou e depois foi ligando de novo e voltou a funcionar. Só que nos três anos anteriores o Brasil crescia a 1% ao ano e a perspectiva que temos para 2021 é de um crescimento muito lento. Se é que vamos ter algum. Se tirar o “carry over” (*efeito estatístico pelo qual o nível de atividade de um ano passa para o seguinte*), que pode ser de 2,5%, 3%, a perspectiva para 2021 é de uma economia estagnada.

EX-PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL E SÓCIO DA

A.C. PASTORE & ASSOCIADOS

Ex-presidente do Banco Central, o economista Affonso Celso Pastore é paulistano, graduado e pós-graduado em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Assumiu a presidência do Banco Central do Brasil em setembro de 1983, cargo que ocupou até março de 1985. Foi também secretário de Fazenda do Estado de São Paulo. É sócio da consultoria econômica A.C. Pastore & Associados. Tem um obra extensa sobre câmbio e inflação.

- Pode, na prática, não ter crescimento em 2021?

Se tiver crescimento, é muito pequeno. Olhando hoje o cenário é muito mais na direção de ter uma economia parada ao longo de 2021. O auxílio emergencial foi fundamental para fazer a recuperação rápida. Pegou 66 milhões de pessoas, garantiu a renda delas, que compraram bens. O lado positivo é que a recuperação foi rápida. O lado negativo é que isso levou a dívida pública para perto de 100% e gerou um problema fiscal que herdamos de 2020 e 2021. Mesmo cumprindo o teto de gastos (*regra prevista na Constituição que impede que as despesas cresçam em ritmo superior à inflação*), ela ainda vai crescer até 2028, 2029, quando vai chegar perto de 110% do PIB.

- Quais serão as consequências desse cenário?

Uma dívida muito maior e com uma dinâmica muito pior. Subiu o prêmio de risco dos títulos públicos. Isso torna a administração da dívida mais difícil, aumenta a incerteza, o que reduz investimento em capital fixo (*edifícios, máquinas e equipamentos*) e o crescimento do PIB potencial (*a capacidade de produção de uma economia utilizando todos os recursos disponíveis, sem pressionar a inflação*). Gera também uma depreciação cambial (*aumento do dólar*), na qual o câmbio fica muito acima da taxa de equilíbrio.

- A vitória do Joe Biden nas eleições americanas melhorou os indicadores. O que pode se esperar?

A eleição de Biden ajuda. Mas nosso problema não é bem internacional. É doméstico. Com toda a ajuda internacional advinda da vitória de Biden, se o Brasil não resolver o seu problema doméstico, não vai andar muitos metros. Refluiu um pouco por causa da euforia com a eleição do Biden. Mas é um movimento transitório. Não é permanente. Para botar o câmbio de novo num nível mais forte, menos depreciado, tem que tirar o risco fiscal, garantir que essa trajetória seja sustentável. Para isso, é preciso uma âncora fiscal. A âncora que existe hoje é do teto de gastos. O governo tem um dilema que é voltar para o teto de gastos ainda que a pandemia continue. Se não mantiver o teto, o prêmio de risco vai depreciar mais o real e alta do dólar acaba migrando para os preços domésticos e produzindo subida de inflação, que em certo sentido já vem ocorrendo.

- Esse movimento, que seria transitório, dá um tempo maior para o Banco Central?

O BC não tem de agir agora. Roda o filme para frente. Se o câmbio para de depreciar ou valoriza, não tem problema de inflação. Agora, desde o começo do ano, ele não parou de depreciar porque existem dúvidas sobre a ancoragem fiscal. O problema não é do BC. É do Ministério da Economia e do governo. Eles têm de enfrentar para que o País saia dessa armadilha fiscal na qual estamos. Se sairmos, o câmbio talvez até valorize e esses sinais de inflação que estão começando a acontecer murcham. O BC não teria de subir os juros. Mas, se ficar validada uma certa teoria que existe dentro do governo, principalmente de alguns ministros, de que deveria aumentar gasto...

- Qual a saída para se evitar a crise fiscal?

Fazer uma transferência de renda cortando gastos. Não significa aumentar gastos. Se o governo fizer reformas que economiza outros gastos e, com isso, transferir renda para quem estiver desempregado, não é

um erro. É remanejamento de gastos.

- Não poderia haver um ajuste no teto, um meio termo? Uma flexibilização transparente do teto para permitir mais investimento ao mesmo tempo em que são feitas as reformas, como defendeu o economista Arminio Fraga em entrevista ao “Estadão”?

O Arminio é um sujeito respeitável, mas eu discordo do que ele está dizendo. Se tivéssemos um governo com uma agenda de reformas, que tivesse enfrentando seriamente, corrigindo as distorções que existem no Brasil com um programa bem feito, talvez aquilo que o Arminio está propondo funcione. Agora, nós não temos um governo com essa qualidade. Eu discordo do Arminio porque ele está supondo que nós temos um governo. A minha hipótese é que temos um governo muito fraco. Um presidente da República que não tem um programa. Um ministro da Economia que não tem um programa e vários outros ministros gastadores que têm programas demais. E em vez de pensar em resolver o problema do País, o nosso presidente pensa na sua eleição em 2022 para manter a sua popularidade. Isso faz que o esquema proposto pelo Arminio não tenha qualquer chance de frutificar e dar bom resultado.

- Por quê?

Quando há um governo de má qualidade, é preciso impor a esse governo a restrição fiscal de fora para dentro. Essa restrição está implantada na Constituição. Se esse governo resolver mudar de roupagem, de ideologia, de forma de pensar sobre o Brasil e disser “não, desculpe, eu cometi um erro, vou sim fazer uma reforma administrativa dura, que pega os funcionários atuais e os que vão entrar” e, com isso, abrir espaço no teto para fazer transferência para as famílias de renda mais básica, eu retiro as minhas críticas. Mas o que eu estou vendo esse governo fazer não é isso. O que se discute é uma forma de flexibilizar o teto para, no fundo, continuar gastando. Um País que já gastou tudo que podia gastar. Nas condições de governo que temos, não podemos deixar de exigir que se mantenha a âncora fiscal.

“Nas condições de governo que temos, não podemos deixar de exigir que se mantenha a âncora fiscal”

Affonso Celso Pastore

- Há risco de o governo tentar segurar a inflação com intervenção maior no câmbio?

A única coisa que eu digo é: o risco é fiscal. Ele se manifesta nos mercados. Ou ele se manifesta no mercado de juros, e se manifestou e inclinou a curva, ou se manifesta no mercado de câmbio, e se manifestou e depreciou (*o real*). Se intervier no mercado de juros achatando a curva de juros, não elimina o risco. O risco vai para o câmbio e aumenta a pressão sobre o câmbio. Se intervier no mercado de câmbio e evitar uma depreciação, o risco não foi eliminado, ele migra para o mercado de juros. Você não escapa. Não tem capacidade se segurar esse câmbio.

- O ambiente político, com uma disputa ferrenha pela eleição da Câmara, atrapalha?

No passado, tínhamos uma coisa que se chamava presidencialismo de coalizão. Ela existiu no governo FHC, quando tinha três partidos, o PMDB, PSDB e PFL, que fizeram um acordo prévio. A reeleição foi um erro que trouxe consequências. Depois, tivemos a derrubada da cláusula de barreira pelo Supremo (*exigência para que partidos atinjam desempenho mínimo na votação para continuar tendo direito à propaganda*

gratuita e ao fundo partidário). De lá para cá, liquidou-se com a possibilidade de ter um presidencialismo de coalizão. A pulverização partidária aumentou e hoje temos vinte e poucos partidos e o governo tem de fazer uma coalizão em torno de interesses pessoais e de facções dos partidos. O que estou fazendo é uma crítica direta ao Centrão, que dá suporte o presidente no Congresso. O Centrão não é um grande partido de centro, mas uma coalizão de partidos fisiológicos que só aprovam à custa de transferência de renda para o seu Estado, uma determinada estatal, o que no fundo torna extremamente difícil fazer reformas que cortem gastos.

- Mas o presidente também não mostra disposição de perder a popularidade com medidas duras de corte de gastos...

Não, não tem da parte do presidente simpatia por um modelo que produz mais austeridade fiscal. E não há da parte do Congresso o desprendimento de saber que o Brasil precisa de apoio. Numa situação como esta, vamos chegar ao fim deste ano com desemprego em 16%. É só fazer conta. Não é o pico. No começo de 2021, vai subir ainda mais. Vira o ano com zero de ajuda emergencial para os 66 milhões que recebiam e um desemprego de 16%. Olha a pressão que vem para aumentar gasto!

- Como se responde a essa pressão?

Fazer uma transferência de renda cortando gastos. Não significa aumentar gastos. Se o governo fizer reformas que economiza outros gastos e, com isso, transferir renda para quem estiver desempregado, não é um erro. É remanejamento de gastos.

- Há um movimento nessa direção?

Não. Então, vemos pressão sobre o câmbio, inflação e o coitado do BC tendo de conviver com esse tipo de dilema.

- O BC vai responder como?

Já vimos algumas reações. Estamos vendo o Roberto Campos Neto (*presidente do BC*) lutando e conseguindo uma vitória importante quando convenceu o Davi Alcolumbre (*presidente do Senado*) a votar a autonomia do BC. Ele tem de ter autonomia. Ele pode mexer na taxa de juros à vontade, mas se o presidente quiser demitir o presidente do BC, ele põe alguém mais dócil e está tudo feito. O BC sabe que corre o risco de subir juros. Se ele não tiver as condições adequadas e o câmbio começar a depreciar, vai ser compelido a subir. Se ele subir a taxa, precisa ter independência política. Se a parte fiscal falhar, o risco de subir é muito alto.

- O presidente do BC estaria, então, se preparando, com a autonomia, para pressões futuras no caso de ter de subir os juros?

Isso. Ele jamais vai confessar. Se eu estivesse no lugar dele, estaria fazendo a mesma coisa.

- Há condições de avançar até final do ano a votação das propostas econômicas?

Eu gostaria que pelo menos a PEC emergencial (*com medidas de cortes de despesas, principalmente relacionadas a servidores*) fosse aprovada até o final do ano. Não tenho esperança que saia a reforma tributária, administração, nada disso.

- Como a economia do Brasil entra 2021?

Entra com muita incerteza, entra com investimento lá embaixo, economia andando de lado, pressão sobre o câmbio e o risco da inflação subir em 2021. É um cenário muito feio.

- A equipe econômica do ministro Paulo Guedes está negando essa visão?

Não consigo ver uma estratégia que faça sentido para resolver o problema. Não sei o que eles estão querendo ganhar de tempo. Mas sou crítico à forma como estão conduzindo a situação. Ela vem falhando muito na concepção da agenda de reformas e está com timing e objetivos errados.

- O que pode ajudar a melhorar a economia?

Uma reforma administrativa bem feita que abranja tudo e uma reforma tributária que tire as distorções, a PEC 45 (proposta de reforma tributária que tramita na Câmara). Essas duas coisas ajudam muito.

- Há risco de dominância fiscal?

É uma situação na qual, devido à expansão fiscal muito forte, a eficácia da política monetária desaparece. A capacidade da política monetária controlar a inflação, no limite, pode até desaparecer. Se o governo ficar preso ao teto, não vejo esse risco. Vejo a potência da política se mantendo e a capacidade de o BC controlar a inflação. Mas, se abandonar e furar o teto, aí sem dúvida ficamos sujeitos à dominância fiscal.

mercado

Preferência a advogados eleva desigualdade no INSS, diz estudo

Pesquisador vê privilégio para segurado que pode contratar profissional

Fernanda Brigatti

SÃO PAULO O atendimento preferencial para advogados nas agências do INSS eleva a desigualdade no atendimento e potencializa a judicialização dos pedidos de concessão de benefícios previdenciários e assistenciais.

Essas conclusões fazem parte de um estudo realizado pelo Insper a pedido do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). As análises levam em consideração procedimentos realizados pelo INSS entre 2015 e 2019.

O pesquisador Paulo Furquim Azevedo, um dos coordenadores do estudo, diz que o acesso preferencial cria uma assimetria entre segurados que podem contratar um advogado e os que não podem. Além disso, uma vez que o pedido seja indeferido, quem tem um advogado já está com o processo praticamente pronto para ir ao Judiciário.

Os advogados da área de Previdência defendem que desde 1994 teriam direito a atendimento prioritário. Em 2015, o Conselho Federal da OAB entrou na Justiça para fazer valer o atendimento. A categoria obteve, ainda em 2015, liminar em favor da prioridade.

A discussão sobre o acesso especial a advogados previdenciários chegou ao Supremo em 2017, e a corte manteve o direito ao atendimento sem agendamento e em guichê específico.

Segundo o estudo, entre 2015 e 2019, o número de ações contra o INSS subiu 142%. O volume é qualificado como hiperjudicialização pelos pesquisadores. "Não quer dizer que seja o fator mais relevante [para o volume de ações judiciais], mas chama a atenção que haja essa atuação dos advogados quase como despachantes", diz Azevedo.

O estudo sugere que esse tipo de atendimento preferencial deveria ser extinto pelo INSS. A reportagem buscou apurar quantos advogados são atendidos preferencialmente no órgão ao mês ou ano, mas nem o estudo, nem o INSS têm esse detalhamento.

Em entrevistas feitas pela equipe que conduziu o estudo, servidores chegaram a dizer que "se sentem constrangidos na dinâmica do atendimento, uma vez que deixam na espera pessoas que estão na fila há mais tempo para atender aos advogados — muitos chegam quase no fim do expediente."

Além do atendimento preferencial, a pesquisa aponta outros problemas que geram o aumento do número de ações judiciais.

Um fator importante é a demora do INSS em responder às solicitações. A pesquisa identifica também lentidão, por parte do instituto, na adoção de posições consolidadas no Judiciário e subaproveitamento do processo administrativo, o que leva a uma baixa utilização do Conselho de Recursos da Previdência Social.

Há ainda a demora em cumprir decisões judiciais e descompasso entre perícias administrativas e judiciais. Segundo o estudo, a avaliação médica feita na Justiça tende a ser mais desfavorável ao INSS.

José Roberto Sodero, presidente da comissão de direito previdenciário da OAB-SP, defende o papel da categoria nos processos do INSS e a prioridade para advogados. Na sua avaliação, o estudo do Insper não consegue demonstrar o efeito do atendimento preferencial sobre a judicialização.

Ele também defende que a presença do profissional qualifica os pedidos. "A legislação é complexa. Se até a advocacia

especializada tem dificuldades em acompanhar tudo, imagine o segurado", diz Sodero.

"O mais importante de tudo é de que isso é uma garantia constitucional. Estar acompanhado de um advogado é a garantia de que ele será bem orientado. Não tem fundamento atribuir a isso [o volume de processos alto]; afirma o advogado.

O diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Arthur José Nascimento Barreto, diz que a afirmação do estudo não tem rigor científico ou correspondência com a realidade.

"Eles colocam o problema na figura do advogado, mas, ao apontar o conjunto de falhas, o que vemos são proble-

mas estruturais do INSS, como o subaproveitamento do processo administrativo", diz.

O fim do tratamento diferenciado integra o conjunto de quatro sugestões apresentadas pelos pesquisadores para que o instituto reduza as dificuldades de acesso do cidadão à instância administrativa de requerimentos.

O Insper sugere ainda que o INSS mantenha o atendimento presencial nas agências por um período de transição, especialmente nas regiões do país com maior concentração de exclusão digital.

Para mitigar dificuldades de segurados em acessar o Meu INSS, site que concentra os serviços digitais do instituto, os pesquisadores sugerem

que o processo administrativo seja simplificado e que o INSS forme parcerias para permitir o treinamento de segurados para o acesso.

Furquim também destaca entre os fatores relevantes para a pressão maior sobre a Justiça a demora do INSS em analisar os requerimentos. No Judiciário, muitos pedidos são mandados de segurança que tentam obrigar o INSS a responder às solicitações.

O emagrecimento da estrutura do INSS elevou o tempo de espera pela concessão de benefícios nos últimos oito anos e, além disso, o quadro de pessoal diminuiu, ao mesmo tempo que mais pedidos entram no sistema.

Com a digitalização, a filial virtualizou — deixou de ser física, mas continuou existindo. Até o início de outubro, 1,8 milhão de pessoas estavam na fila.

O coordenador da pesquisa diz que os esforços para a redução da espera tiveram efeito. Porém, como a Folha mostrou em janeiro, as políticas de incentivo à produtividade, com pagamento de bônus, resultaram também em picos de indeferimento.

"Houve um esforço para tentar endereçar o problema da demora. Como não teve aumento de pessoal, houve esses incentivos, que podem ter resultado no aumento de negativas, que são mais rápidas. Esses indeferimentos vão acabar na Justiça", diz.

A maioria das negativas, segundo o estudo, está relacionada aos exames médicos periciais. De 4 milhões de benefícios indeferidos analisados pelo Insper, 39% passaram pela perícia.

A mais comum entre as razões é o parecer contrário, que resultou na negativa de 1,1 milhão de pedidos, ou 28% do total. Outro motivo relacionado ao exame médico é o não comparecimento do segurado na data agendada.

O estudo do Insper ainda aponta a demora do INSS em incorporar jurisprudências firmadas e cumprir decisões judiciais como fator de pressão sobre o Judiciário.

Em setembro, INSS e CNJ lançaram a integração do sistema de processo judicial eletrônico, o que deverá ter efeito de acelerar o cumprimento de decisões. Desde o dia 6 de novembro, decisões para a implantação de BPC passaram a ser automáticas.

O CNJ, que encomendou o estudo diz que as recomendações estão sendo contempladas pelo projeto Resolve Previdenciário, lançado pelo conselho em 2019, e que vem desenvolvendo soluções tecnológicas para viabilizar a automação e o compartilhamento do conteúdo dos processos administrativos.

"A integração é fruto de atuação concertada entre CNJ, INSS e Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, instituições que celebraram, em 2019, Acordo de Cooperação Técnica para permuta de dados."

O conselho afirma também ter dado início neste mês a oficinas que discutiram propostas de novo fluxo de tramitação das ações que incluem perícias médicas.

O INSS diz não ter recebido formalmente o estudo, mas afirma estar ciente das dificuldades na concessão, e que, por isso, tem um programa permanente de revisão dos processos internos. "Nesse programa, equívocos detectados são notificados ao servidor e revisão de ofício feita imediatamente, o que diminui sensivelmente a judicialização."

Judicialização do INSS

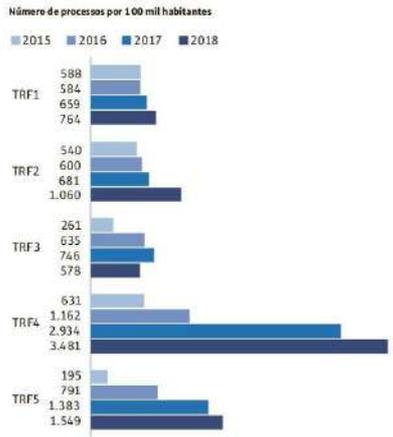
Principais tipos de benefícios concedidos pelo INSS via decisão judicial

Tipo de benefício	Total	%
Auxílio-doença previdenciário	154.377	26
Aposentadoria por idade	103.248	17
Aposentadoria por invalidez	96.811	16
Aposentadoria por tempo de contribuição	57.237	10
Amparo social à pessoa portadora de deficiência	46.120	8
Pensão por morte	42.166	7
Total de benefícios decorrentes de ação judicial	593.772	

Pedidos administrativos

	Benefícios concedidos	Benefícios indeferidos
dez.18	338.686	267.683
jan.19	338.106	258.522
fev.19	408.728	309.399
mar.19	363.343	277.911
abr.19	427.109	322.882
maio.19	499.807	356.380
jun.19	401.894	309.605
jul.19	460.219	366.742
ago.19	510.370	421.348
set.19	454.641	394.016
out.19	520.985	434.471
nov.19	439.019	não informado
dez.19	373.499	371.179
Total	5.162.907	4.090.138

Índice de judicialização por região



Prazo para a conclusão de pedidos*

Previsão de acordo do entre INSS e PGR	Para conclusão	Dias
Benefício assistencial à pessoa com deficiência	90	90
Benefício assistencial a idosos	90	90
Aposentadorias, salvo por invalidez	90	90
Aposentadoria por incapacidade permanente	45	45
Saúde-maternidade	30	30
Pensão por morte	60	60
Auxílio-reclusão	60	60
Auxílio-doença comum ou acidentário	45	45
Auxílio-acidente	60	60

Prazo para cumprimento de decisões judiciais*

Prazo	Dias
Implementação em tutela de urgência	15
Benefício por incapacidade	25
Benefício assistencial	25
Aposentadorias, pensões e outros auxílios	45
Resoluções, emissão de CTC, averbação de tempo de indenização	90
Juntada de documento de instrução	0

*Só valerá 6 meses após a homologação pelo STF

Black Friday

Cadeira Aeron Grafite Completa com todos os ajustes **12X R\$740,00**



HermaMóveis
GARANTIA 12 ANOS
QR CODE
Fale com um consultor
NOVO AMBIENTE
Al. Gabriel Monteiro da Silva, 683
110 3062 3351
showroomventos@novambiente.com.br
novambiente.com.br | @novambiente

Entidades questionam novos prazos fixados entre instituto e Procuradoria

SÃO PAULO Um acordo assinado nesta semana pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, e pelo presidente do INSS, Leonardo Rollin, fixou prazos maiores do que os previstos pela legislação para que o instituto analise e responda aos pedidos de benefícios e conclua as perícias médicas necessárias à concessão de benefícios por incapacidade.

Anunciado como uma medida que reduzirá a espera dos segurados, o termo foi visto com desconfiança por advogados que atuam na área.

A lei 8.213, que trata da maioria das regras da Previdência, prevê que o primeiro pagamento do segurado seja efetuado em até 45 dias a partir da data da apresentação da documentação do referente ao pedido.

Quando o INSS demora mais do que esses 45 dias para responder o pedido passa a ser considerado em atraso, gerando correção monetária pelo INPC, que é paga junto ao primeiro depósito.

O acordo assinado por MPF (Ministério Público Federal) e INSS chega a esticar esse prazo a até 90 dias, como é o caso da concessão de benefícios assistenciais a pessoas com deficiência ou idosos. As aposentadorias comuns também passarão a ter esse prazo mais longo, de três meses.

Também assinaram o documento o secretário especial de Previdência e Trabalho, Bruno Bianco Leal, o advogado-geral da União, José Levi, o defensor público-geral federal em exercício, Jair Soares Júnior, e o secretário-executivo do Ministério da Cidadania, Antonio José Barreto de Araújo Júnior.

Para o advogado Diego Chenulli, diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, o acordo é inócuo e pouco democrático, uma vez que sua elabora-

ção não teve a participação de advogados ou de entidades que representem os segurados do INSS.

"Ele visa impedir as pessoas a ir à Justiça. O prazo já existe e precisa ser cumprido. O Estado é muito pouco punido pelo não cumprimento das regras", diz.

A sectional paulista da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) informou que divulgará nota de repúdio aos termos do acordo. O presidente da Comissão de Direito Previdenciário da OAB-SP, José Roberto Sodero, afirma que a extensão dos prazos é contrária à cidadania.

"Especialmente nos benefícios por incapacidade, 45 dias de prazo e muito tempo para alguém que está doente e sem trabalhar, muitas vezes sem renda", diz. Sodero também critica a ausência da advocacia na construção do acordo.

A articulação do acordo, segundo o MPF, partiu do PGR devido à tramitação de um recurso extraordinário no Supremo Tribunal Federal, no qual se discute se a Justiça pode estabelecer prazo para o INSS realizar perícia médica e implantar benefícios.

Em fevereiro, Aras solicitou a suspensão do processo para que os envolvidos discutissem uma solução amigável.

O acordo assinado nesta semana não tem efeito imediato. Ele ainda precisa ser homologado pelo STF e, a partir disso, levará seis meses para começar a valer. No caso da perícia, o documento prevê que os prazos começam a contar quando, passada a pandemia, a agenda dos médicos estiver normalizada.

A PGR afirma que não falará sobre as queixas dos advogados, pois "não antecipar manifestações que possam ser objeto de ação judicial". **FB**

PF deflagra operações contra fraudes no auxílio emergencial

BRASÍLIA A Polícia Federal realizou, nesta quarta-feira (18), duas operações contra fraudadores do auxílio emergencial, o valor de R\$ 600 mensais pago pelo governo federal em razão da crise econômica decorrente da pandemia do coronavírus.

Com as duas ações desta quarta-feira, uma no Distrito Federal e outra na Bahia, a PF contabiliza nas últimas três semanas quatro operações contra grupos que conseguiram sacar o benefício mediante fraude.

No período, houve ações também em São Paulo, no Rio e no Tocantins. Em outubro, foram pelo menos outras cinco. A polícia ainda não consolidou o valor desviado em todos esses casos.

De acordo com as investi-

gações, conduzidas nas superintendências regionais da corporação, o crime tem semelhanças nos diferentes casos: golpistas usavam o nome de terceiros para abrir contas bancárias e solicitar o auxílio emergencial. No mês de julho, em razão do grande número de comunicações de irregularidade da Caixa e o Ministério da Cidadania definiram uma estratégia para a identificação e responsabilização penal de fraudadores do auxílio emergencial. A Caixa ficou encarregada de reter informações de PF sobre situações suspeitas para integrar a Base Nacional de Fraudes do Auxílio Emergencial, criada pela polícia para auxiliar nas investigações de grupos criminosos. **Marcelo Rocha**

Aneel e ONS não tomaram medidas para evitar apagão no AP, dizem especialistas

Avaliação é que órgãos do setor não poderiam ter permitido que empresa operasse de forma precária desde o início do ano

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Especialistas no setor elétrico ouvidos pela Folha dizem que a crise energética que assola o Amapá há 15 dias expõe falhas no planejamento e na fiscalização do setor, atribuições do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) e da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). Desde janeiro, o sistema de transmissão que atende o estado opera de maneira precária, sem um dos três transformadores da subestação que leva energia do resto do país para Macapá. Cientes da falta do equipamento, as autoridades do setor não tomaram medidas para reduzir os riscos.

"A origem do problema é uma cultura de correr um pouco a mais de risco do que o necessário. E quem paga a custo todos esses dias sem luz", diz o advogado especialista em concessões Massami Uyeda, sócio da Arap Nishi e Uyeda Advogados.

As causas do incêndio na subestação ainda estão sendo investigadas e devem ser anunciadas em dez dias, segundo informou na terça (17) o diretor geral da Aneel, André Peptone.

Mas, para especialistas, os transformadores poderiam ter sido menores caso a subestação estivesse com os três transformadores disponíveis no momento do incidente. O setor questiona por que razão os órgãos responsáveis não buscaram alternativas ou um plano de contingência diante da falta do equipamento.

O fornecimento de energia ao Amapá é dependente de um sistema de transmissão que liga o linha Tucuruí-Manaus a Macapá. São duas linhas de transmissão de alta voltagem que terminam

na subestação Macapá, onde houve o incêndio no dia 3.

Para técnicos do setor, a dependência de uma só conexão com as fontes de energia já demandaria uma atenção especial ao sistema amapaense. Necessidade reforçada pelo fato de estar isolado do resto do país, com uma logística mais difícil.

"Não se pode tratar uma linha de transmissão na Amazônia como se trataas do Sudeste", diz o presidente da Abrate (Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia), Mário Dias Miranda.

Ele frisa que a reposição de equipamentos ou peças é muito mais fácil e rápida em outros estados e, por isso, os contratos de concessões na região Norte deveriam remeter estoques de sobressalentes para agilizar o reparo.

No fim de dezembro, a operadora da linha de transmissão que chega a Macapá, a Gemini Energy, comunicou ao ONS que um dos transformadores apresentou problemas e precisaria de manutenção.

Os contratos preveem a redução da remuneração dos concessionários em caso de indisponibilidade de equipamentos, como incentivo para que a substituição seja rápida. Ainda assim, na noite do incêndio, dez meses após a retirada do transformador, a Gemini ainda não havia feito os reparos.

Para os especialistas, a demora para a substituição do transformador demandaria ação das autoridades do setor elétrico, seja pela implantação de plano de contingência, seja pela busca antecipada de um transformador substituto em outra parte do Brasil.

Mas a substituição foi determinada apenas depois do apagão, já com o estado enfrentando os transtornos da falta

“A origem do problema é uma cultura de correr um pouco a mais de risco do que o necessário. E quem paga a custo todos esses dias sem luz”

Massami Uyeda
advogado especialista em concessões

de energia. Nesta quinta (18), a Gemini começou a montar em Macapá um transformador que ficava em Laranjal do Jari, no extremo sul do estado.

O sistema era operado pela espanhola Isolux, empresa que pediu recuperação judicial em 2016. Em 2019, passou ao controle da Gemini, controlada pelos fundos Starboard e Perfin, este último com investimentos em outras linhas de transmissão.

Para os técnicos ouvidos, as dificuldades financeiras do antigo operador e a falta de experiência do novo deveriam ser motivo de maior atenção das autoridades.

Uyeda diz que, embora seja necessário demonstrar experiência para participar de licitações do setor elétrico, há um dispositivo legal que permite a credores assumir os ativos em caso de problemas financeiros dos concessionários. "Não é ilegal. Mas, havendo uma situação dessa, a fiscalização precisa estar mais atenta, mais presente", diz.

Em 2019, mesmo diante da crise da Isolux, a subestação de Macapá não foi alvo de nenhuma ação de fiscalização da Aneel. A agência disse que a fiscalização tem por base o monitoramento de indicadores de qualidade e que, até o apagão, não havia registro de desligamento na instalação.

Na semana passada, o ONS disse à Folha que a indisponibilidade de equipamentos precisa ser informada ao operador, que repassa as informações à Aneel. Acrescentou que o tempo para manutenção de um transformador "varia muito de acordo com o problema apresentado".

Procurado nesta quarta (18), enviou comunicado sobre o segundo apagão no estado, na noite de terça (17).

Leia mais na pág. 88

Valor cobrado pela Susep de gestora do DPVAT sobe para R\$ 2,2 bi após correção

Nicola Pamplona e Diego Garcia

RIO DE JANEIRO A Superintendência de Seguros Privados (Susep) aplicou nesta quarta-feira (18) a correção monetária dos valores cobrados da Seguradora Líder, empresa responsável por gerir o DPVAT, seguro obrigatório para proprietários de veículos, e constatou que a quantia ultrapassa a marca dos R\$ 2,2 bilhões. A investigação, revelada pela Folha, detectou ao menos R\$ 1,2 bilhão em valores não corrigidos em supostos gastos irregulares da Líder. A correção fez o valor quase dobrar, ficando em exatos R\$ 2.257,758.435,26.

Responsável pela fiscalização do setor de seguros, a Susep quer o ressarcimento dos recursos aos cofres públicos. As supostas irregularidades ocorreram de 2008 a 2020, e o valor final deverá ser corrigido. Entre os valores cobrados, está o montante de R\$ 62 milhões da suposta alocação indevida como despesa administrativa do DPVAT de participação nos lucros ou resultados, quando a Susep entende que o valor não deveria ser aplicado, por ser entidade sem fins lucrativos.

Outra cobrança é de R\$ 180,7 milhões em repasses a entidades,

como um convênio de cooperação técnica-operacional para divulgar o seguro, mas a Susep diz não ter encontrado comprovação dos serviços prestados, pedindo ressarcimento de R\$ 73,4 milhões.

Em outro convênio, segundo as investigações, a Líder teria acertado repasse de R\$ 2,6 milhões mensais a uma fundação para realizar estudos e cursos sobre o DPVAT para treinamento de corretores e reguladores, somando R\$ 93,6 milhões considerados indevidos pela superintendência.

A Susep ainda afirma que identificou pagamentos irregulares para pessoas relacionadas à administradora, o que favoreceria sobrepreço e repasses indevidos. Empresas de familiares teriam recebido R\$ 71,7 milhões, enquanto um parente de diretor supostamente recebeu R\$ 67,6 mil pela compra de um veículo.

Em documento assinado no dia 11, o procurador federal Jeshiel Pena Lima dá 30 dias para que os recursos de R\$ 1,2 bilhão (R\$ 2,2 bilhões quando corrigidos) sejam devolvidos.

A gestão do DPVAT é alvo também de uma ação do Ministério Público Federal, que pede o bloqueio de R\$ 4,4 bilhões acumulados nas reservas técnicas do seguro. A Procuradoria alega que os recur-

des são fruto de fraudes para inflar o valor do seguro.

O DPVAT foi tema de uma série de reportagens da Folha que mostraram denúncias de mau uso do dinheiro — como compra de veículos e garrafas de vinho — e conflitos de interesse e favorecimento de sindicatos de corretores.

As primeiras denúncias foram feitas em relatório da consultoria KPMG, contratada pela própria Líder para averiguar suas contas após deflagração da Operação Tempo de Despertar, que investigou um suposto esquema para a concessão de sinistros fraudulentos.

A investigação da Susep considerou os achados do relatório da KPMG e analisou outras transações identificadas pela auditoria interna da Líder e por fiscalizações do próprio órgão regulador. Segundo essa investigação, as supostas irregularidades permaneceriam na gestão atual, nomeada após a operação da PE.

Ao todo, a fiscalização identificou 2,19 transações suspeitas. Entre essas suspeitas estão, por exemplo, doações sob influência política, contratação de consultoria com interesse próprio da Líder, pagamento de participações nos lucros, convênios e patrocínios sem evidência de prestação de serviços.

PAINEL S.A. | Ricardo Balthazar (interino)
painelsa@grupofolha.com.br

Começar de novo

Uma coalizão de empresas e organizações não governamentais começou a articular com o Congresso mudanças na legislação que regula a exploração econômica de florestas públicas em regime de concessão. Imaginado como um meio de combater o desmatamento e as madeiras ilegais, o modelo teve resultados frustrantes. Num momento em que o descalço com a questão ambiental alimenta pressões crescentes contra o Brasil, o grupo vê uma oportunidade para reformá-lo.

QUINTAL Criado em 2006, quando Marina Silva estava à frente do Ministério do Meio Ambiente, o regime é adotado atualmente na exploração de pouco mais de 1 milhão de hectares de floresta por seis empresas — uma fração do potencial estimado pelo primeiro plano do governo para as concessões, que previa alcançar 44 milhões de hectares.

SELVA Segundo Teresa Rossi, do Instituto Escolhas e uma das articuladoras da iniciativa, os principais entraves encontrados pelas concessionárias foram as contrapartidas exigidas pela legislação, que minaram a viabilidade econômica de alguns projetos, além da insegurança criada pelas invasões frequentes das áreas concedidas e pela falta de fiscalização.

NA MESA Entre as mudanças sugeridas pelo grupo estão mecanismos para tornar os contratos mais flexíveis, permitindo sua revisão antes do fim das concessões, e a ampliação da relação de atividades econômicas que poderiam ser desenvolvidas de forma sustentável nas áreas concedidas pelo poder público.

ESCANINHO A proposta, organizada sob o guarda-chuva da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, foi encaminhada a integrantes da Frente Parlamentar Ambientalista na Câmara dos Deputados, onde já tramita um projeto de lei com alterações no marco regulatório do setor.

FUMAÇA ACTG Brasil, empresa da China Three Gorges que controla usinas hidroelétricas e parques eólicos no país, neutralizou as 1700 toneladas de gás carbônico emitidas pelos empreendimentos no ano passado. Os chineses adquiriram créditos de carbono de um projeto de conservação florestal do grupo Jari no Amapá para compensar as emissões.

POUPANÇA A operação passou pelo crivo do Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV e recebeu Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol. A empresa prevê que o volume de créditos adquiridos será suficiente para neutralizar as emissões previstas para os próximos dois anos.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA
Competência outubro*

Categoria	Valor mín.	Valor máx.
Autônomo, empregador e facultativo	R\$ 1.045	R\$ 209
MEI (Microempreendedor)	R\$ 6.401,06	R\$ 1.220,21

Assalariado
Alíquota 7,5%

Valor	Alíquota
Até R\$ 1.045	7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60	9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40	12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 6.301,06	14%

* O prazo da competência de outubro vence em 20 nov. para as empresas; para pessoas físicas, vence em 15 nov. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para as empresas.

FATURA A Justiça do Amapá começou a receber nesta semana várias ações movidas contra a LTME (Linha de Macapá) em busca de indenizações por danos causados pelos apagões no estado. A explosão de um transformador numa subestação da empresa no início do mês provocou a primeira quebra do fornecimento de energia elétrica.

LUPA O promotor Marcelo Moreira, coordenador da força tarefa criada pelo Ministério Público Estadual para acompanhar o caso, espera a conclusão de investigações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para definir os procedimentos a serem adotados em relação à empresa.

TOMADA Segundo o promotor, é cedo para saber se as ações atingirão a controladora da transmissora de energia, a Gemini Energy, e seus investidores, o principal deles o fundo Starboard, especializado em reestruturação de empresas. "Nenhuma hipótese está excluída ou confirmada", disse.

CRACHÁ A intenção de contratar, medida pela Confederação Nacional do Comércio, voltou ao patamar de fevereiro, antes da pandemia. O índice subiu 4,6% em novembro e atingiu 124,6 pontos, em escala que vai até 200. Em junho, pior momento registrado, chegou a 67,5. O número deste mês, porém, ficou 5% abaixo na comparação anual.

AQUISIÇÃO Até às 20h da Black Friday, o comércio eletrônico registrou alta de 29% nos primeiros 11 dias de novembro, em relação ao mesmo período do ano passado, de acordo com levantamento feito pela Ebit|Nielsen. A consultoria prevê que o eventual de promoções contribuirá para crescimento de 27% nas vendas online neste ano.

PERDIDOS NA TRADUÇÃO Consumidores que contrataram o novo serviço de streaming Disney+, que chegou ao Brasil nesta terça (17), notaram uma confusão linguística no termo de assinatura enviado aos clientes. No documento, a palavra espanhola "acuerdo" aparece 63 vezes no lugar de "acordo". A empresa afirma que pediu correção.

IMPOSTO DE RENDA

EnfRS	Alíq.	Dezult.
Até 1.903,98	Isento	
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,90
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

EMPREGADOS DOMÉSTICOS
Considerando opção nacional e Grande SP

Alíquota	Mínimo	Máximo
Empregado	7,5%	713,09
Empregador	20%	1.220,21

*O prazo para o empregador do trabalho doméstico vencer em 6 nov. A guia do pagamento das empregadoras inclui a contribuição ao INSS do empregador e do empregado doméstico, o PIS/COFINS, a multa para a demissão e o seguro contra acidentes. A contribuição ao INSS do empregado doméstico pode ser descontada de seu salário. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para as empresas.

mercado

'2ª onda' e onda eterna de relaxamento

Pela estatística, é difícil afirmar que há repique, mas é fácil saber o que fazer para evitá-lo

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Depois de semanas de despreocupação e, em muitos casos, de negligência com as medidas de segurança sanitária, subitamente o país volta a se ocupar da epidemia. A onda é falar de "segunda onda", repique de infecções e mortes que está ocorrendo no Brasil.

Segundo alguns, seria algo parecido com os Estados Unidos, onde jamais houve controle do espalhamento da infecção, mas apenas uma redução do ritmo do número de mortes, que, no entanto, voltou a acelerar já por duas vezes.

Já se pode dizer que há "segunda onda" no Brasil? O que isso significa? Os dados são suficientes e persistentes para dizer que há um aumento do crescimento do número de internações, casos e mortes?

Francamente, a estatística não diz muito. Entre epidemiologistas com os quais este jornalista costuma conversar, uma meia dúzia, quase todos dizem que não é possível afirmar grande coisa, mas "evidências anecdóticas" (histórias, relatos parciais) "preocupam", tais como alertas de médicos

e de administradores de grandes hospitais.

Seja como for: 1) todas as medidas de precaução continuam valendo; o relaxamento era um perigo terrível, com ou sem "segunda onda"; devem ser levadas a sério; 2) não parece haver dados suficientes para que se tome medida mais drástica alguma, o que, de resto, poderia ser contraproducente.

Hospitais particulares dizem fazer mais de semana que internaram mais doentes. Alguns poucos especialistas afirmam preempatoriamente que há "se-

gunda onda", sem especificar bem do que se trata, porém.

As estatísticas de casos suspeitos, internações, doentes na UTI ou sob ventilação mecânica de fato apontam alguma alta na cidade de São Paulo. A média móvel de sete dias de internações do estado de São Paulo, que vinha em queda há tempo, deu um salto notável no dia 17, em particular na Grande São Paulo, o que não se via fazia muitas semanas.

Os dados recentes de doença e morte têm ainda mais ruídos do que de costume. Como

se sabe, de 6 a 11 de novembro, ocorreram problemas no sistema nacional de registros de Covid-19, o que embarrou a série de dados.

Além do mais, houve mudança de critério de confirmação de casos e mortes, diz o governo de São Paulo. Casos que ocorreram durante a epidemia foram agregados agora às estatísticas (221 mortes extras, segundo o governo paulista). Assim, os dados de casos (sempre imprecisos e variáveis em excesso) e de mortes parecem difíceis de interpretar desde o dia 5 e assim devem permanecer por mais alguns dias.

Resalte-se que não é bem assim com o aumento recente de internações, dados de hospitais privados e da prefeitura paulista. Os dados dos hospitais parecem indicar pelo menos uma marola paulista.

Como não sabemos bem do que se trata, o aparente repi-

que dos números serve de alerta renovado: não se pode relaxar no uso de máscaras e na limpeza, não se pode fazer aglomeração, festa ou maluquice pior.

Uma "segunda onda" ou mesmo apenas "marola forte" seriam um desastre humano e econômico. Mas não seria preciso decretar mais isolamentos, fechamentos etc. para que a atividade econômica desandasse. O medo já basta para causar estrago. Basta ver o movimento de restaurantes ou, pior ainda, a tentativa de reabrir cinemas.

É possível fazer o essencial para segurar essa, por ora, ameaça sinistra de repique. É preciso um pouco mais de persistência. Pode ser que o começo do fim da calamidade esteja próximo, com a esperança de vacinas. Mas, até lá, o relaxamento pode provocar um desastre evitável.

viniciustorres@grupofolha.com.br

Equipe econômica vê pauta travada até fevereiro

Eleições, escolha da nova cúpula do Legislativo e crise no AP barram discussões sobre PEC Emergencial e programa social

Bernardo Caram, Danielle Brant e Renato Machado

SÃO PAULO Parada por causa do período eleitoral, a pauta de votações de medidas econômicas de grande impacto e consideradas urgentes pelo governo tem grande chance de ser destravada apenas a partir de fevereiro de 2021, avaliam membros do Ministério da Economia.

Com isso, o Congresso terminaria o ano sem votar propostas que retiraram amarras do Orçamento e abrem espaço para a criação de um novo programa social.

A dificuldade é atribuída a três fatores: eleições municipais, ainda pendentes de conclusão do segundo turno; sucessão da Mesa Diretora no Congresso, com votação prevista para fevereiro; e a crise elétrica no Amapá, estado do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

O novo cenário derrubou a expectativa de que projetos-chave voltariam a tramitar logo após o primeiro turno. Auxiliares do ministro Paulo Guedes (Economia) afirmam que projetos mais polêmicos, como as reformas tributária e administrativa, não têm chance de prosperar neste ano.

Para eles, há espaço apenas para textos "amenos", mais técnicos e que não gerem grande disputa. Entre as medidas possíveis, estão a Lei de Falências e marcos regulatórios de infraestrutura, o que inclui o projeto de incentivo à navegação de cabotagem.

A expectativa da Economia e de líderes partidários é que seja aprovada a lei que traça as diretrizes para a elaboração do Orçamento de 2021.

Dessa forma, o governo poderia iniciar o ano com o dispositivo que deixa as contas públicas em uma espécie de piloto automático, com autorização para gastar mensalmente 1/12 do valor previsto

para o ano.

Há dúvidas sobre a possibilidade de aprovação do Orçamento propriamente dito. A comissão que trata do tema não foi instalada por causa de uma disputa entre partidos, em antecipação da briga pela sucessão à Presidência da Câmara.

Na avaliação de técnicos e líderes do Congresso, se o impasse persistir, a solução vai ser votar a LDO diretamente em plenário. No governo, já há quem trabalhe com o mesmo cenário para a LOA (Lei Orçamentária Anual).

Com a virada do ano, está previsto o fim do auxílio emergencial pago a trabalhadores informais durante a pandemia do novo coronavírus. Para evitar um corte abrupto,

o governo pretendia iniciar 2021 já com um novo programa social, ampliando o valor e o número de beneficiários do Bolsa Família.

No entanto, propostas da equipe econômica para fundir outros programas não foram aceitas pelo presidente Jair Bolsonaro, que, inicialmente, queria um valor próximo a R\$ 300 para o benefício.

O plano alternativo prevê que a fonte de financiamento do programa venha da aprovação da PEC Emergencial, que cria uma série de gatilhos de ajuste fiscal e retira amarras do Orçamento.

Na Economia, o clima nos bastidores é de ceticismo. A avaliação é que dificilmente a proposta passará neste ano. No Congresso, pelas contas

do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se o texto voltasse a tramitar no Senado após o primeiro turno das eleições, seria possível promulgá-lo na primeira quinzena de janeiro, em um cenário que contemplaria a revogação do recesso parlamentar.

No entanto, o relator da PEC, senador Márcio Bittar (MDB-AC), não deu indicação sobre quando pretende entregar o texto. Isso atrasa o cronograma estimado por Maia, que defende que a proposta seja votada antes da LOA.

Técnicos do Senado dizem ainda que não há previsão de data para apresentação do relatório ou votação da PEC.

Apesar do cenário adverso, líderes lembram que, se o texto for realmente prioritário,

será possível fazer uma votação célere. No caso da PEC que adiou as eleições municipais, a proposta foi aprovada nas duas Casas em praticamente uma semana — no Senado em 23 de junho e na Câmara em dia 1º de julho.

No caso da PEC Emergencial, entretanto, o debate envolve temas polêmicos, como corte de salários de servidores e alteração da regra de gasto mínimo com saúde e educação.

Sem a fonte de recurso para o novo programa social, assessores de Guedes dizem acreditar que o Bolsa Família será mantido, sem ampliação do número de beneficiários. Se houver mudanças no programa ainda neste ano, dizem acreditar que serão pontuais e acessórias.

+ Senado aprova projeto que prevê repasses de R\$ 62 bi para compensar Lei Kandir

O Senado aprovou, nesta quarta (18), projeto de lei que permite a transferência de até R\$ 62 bilhões para estados e municípios, para compensar perdas de arrecadação em decorrência da Lei Kandir. Os recursos serão repassados em um intervalo de 17 anos. O texto segue agora para a Câmara. A lei, de 1996, prevê a senção de pagamento de ICMS sobre as exportações de produtos primários ou semielaborados, como produtos agrícolas, carnes, madeira e minérios.



Senadores na sessão que aprovou projeto que permite a transferência de até R\$ 62 bi para compensar estados e municípios pela Lei Kandir. Pedro Franq/Agência Senado

Senado aprova nova linha para micro e pequenas

BRASÍLIA O Senado aprovou nesta quarta (18) projeto de lei que institui a terceira fase do Pronampe, programa de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte.

O programa foi criado inicialmente para auxiliar empresas em dificuldades durante o período de pandemia do novo coronavírus.

O texto agora segue para a Câmara. Se aprovado na outra Casa legislativa, sem alterações, segue para a sanção do presidente Jair Bolsonaro.

O Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) foi criado no mês de maio na tentativa de amenizar as perdas de pequenos empresários durante a pandemia de Covid-19.

O projeto de autoria do senador Jorginho Mello (PL-SC) prevê a abertura de linhas de créditos para os empresários, que serão concedidas por bancos, bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito.

O governo federal, por sua vez, vai disponibilizar recursos para garantir essas operações de crédito. Estão previstos nessa etapa do programa aportes de R\$ 10 bilhões.

Nas duas fases anteriores do Pronampe, foram destinados R\$ 28 bilhões para o FGO (Fundo Garantidor de Operações).

Inicialmente, o projeto de lei que estabelecia a terceira etapa do programa previa uma elevação dos juros dos empréstimos, que passaria de 1,25% mais a taxa Selic (2%)

— índice adotado nas fases anteriores — para 6% acrescido da taxa Selic.

No entanto, a relatora da proposta, senadora Kátia Abreu (PP-TO), afirmou que ela e o autor do projeto decidiram manter a taxa de juros aser cobrada. O argumento é que os recursos garantidores vieram por meio de recursos extraordinários, que perderiam a validade ao fim do ano.

O Pronampe é destinado para microempresas, com faturamento de até R\$ 360 mil

por ano e também para empresas de pequeno porte, com faturamento de R\$ 360 mil a R\$ 4,8 milhões.

As empresas podem contrair crédito em até 30% do seu faturamento anual. A carência para o início dos pagamentos é de seis meses, condição prevista nas etapas anteriores e mantida no projeto aprovado pelos senadores. Os pagamentos podem ser parcelados e devem ser quitados em um prazo de 36 meses. Renato Machado

+ Projeto repassa R\$ 4 bi para serviço de transporte público

O Senado aprovou, nesta quarta-feira (18), projeto de lei que prevê a ajuda em caráter emergencial de R\$ 4 bilhões ao serviço de transporte público de passageiros, para amenizar as perdas no período da pandemia do novo coronavírus. O projeto já havia sido aprovado pela Câmara dos Deputados. Como foi novamente aprovado pelos senadores, sem alteração, segue direto para a sanção do presidente da República.

Instituições financeiras pedem ao BC que adie primeira fase do open banking

Proposta é transferir a operação, prevista para o dia 30, para o início de 2021; BC avalia reivindicação

Isabela Bolzani
e Larissa Garcia

SÃO PAULO E BRASÍLIA As instituições financeiras e demais participantes do conselho deliberativo do open banking no Brasil querem adiar a implementação da primeira fase da iniciativa.

Segundo executivos do setor, que conversaram com a Folha com a condição não terem o nome divulgado, o grupo de empresas financeiras pede que o novo sistema comece a ser implantado entre janeiro e fevereiro de 2021.

Pelo atual cronograma do Banco Central, a primeira fase tem início em 30 de novembro. O prazo proposto transferiria o começo das operações para cerca de dois meses antes da implementação da segunda fase, prevista para 31 de maio.

A autoridade monetária confirmou à reportagem que recebeu o pedido das entidades que participam do conselho para que o cronograma seja readequado, mas diz que o pleito segue em análise, ainda sem definição.

"O pleito se ampara na necessidade de viabilizar o desenvolvimento de infraestruturas de suporte ao open banking", disse o BC em nota.

O open banking é uma plataforma pela qual o usuário compartilha dados e tem acesso a produtos financeiros de diversas instituições finan-

Cooperativas de crédito são 85% das instituições cadastradas no Pix



ras e na qual pode buscar condições mais vantajosas. As informações do cliente podem ser cedidas pelo banco com o qual ele tem relacionamento, com o seu consentimento.

O conselho conta com representantes da Febraban (Federação Brasileira de Bancos); da ABBC (Associação Brasileira de Bancos), da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) e da Abecs (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços).

Conta também com um subgrupo composto pela Abipag (Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos), pela Abranet (Associação Brasileira de Internet) e pela Câmara-e-net (Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico).

Outro subgrupo é composto pela ABCD (Associação Brasileira de Crédito Digital) e pela ABFintechs (Associação Brasileira de Fintechs).

Nas tratativas do conselho com o BC, o argumento seria que o mercado ainda não estaria com suas infraestrutu-

ras completamente adaptadas para comportar a primeira fase da iniciativa de maneira apropriada até o fim do mês.

Outro ponto que teria sido abordado seria o de que ainda faltariam informações importantes para a construção das APIs — conjuntos de protocolos que permitem que um sistema se conecte a outro para consumir dados de maneira padronizada (é por meio deles que o open banking deve funcionar).

Segundo as fontes, que preferiram não se identificar, o adiamento da primeira fase não teria influência em nenhuma outra parte do cronograma. Assim, a expectativa é que o open banking esteja completamente implementado até outubro de 2021.

De acordo com o cronograma da autoridade monetária, na primeira fase ocorreria apenas o compartilhamento de dados das instituições

sobre seus canais de atendimento e produtos e serviços mais comuns. É o caso de da-

dos relacionados às contas de depósito à vista, poupança, contas de pagamento pré-pagas e operações de crédito.

Na segunda etapa, prevista para 31 de maio, as instituições participantes terão que compartilhar de dados cadastrais e transacionais.

Já na terceira fase, esperada para agosto de 2021, é a vez dos dados de serviços de iniciação de transações de pagamento e é aberta a possibilidade de encaminhamento de propostas de operações de crédito.

Em nota, a Febraban afirmou apenas que acompanha a implementação do open banking por meio do conselho deliberativo e que tem contribuído de forma proativa nas discussões, acompanhando as recomendações feitas.

A Abecs afirmou que não fez nenhuma solicitação de adiamento do open banking. A ABBC, a OCB, a Abipag, a Abranet e a Câmara-e-net, a ABCD e a ABFintechs não responderam até a conclusão desta reportagem.

Cooperativas de crédito são as maiores participantes do Pix

BRASÍLIA As cooperativas de crédito respondem por 85% das instituições cadastradas no Pix, sistema brasileiro de pagamentos instantâneos. São 619 participantes. Os bancos estão em segundo, com 54.

No lançamento da ferramenta do BC, na segunda (16), 47 instituições de pagamentos e 6 fintechs também puderam oferecer o serviço.

Embora o dado aponte que o sistema ganhou capilaridade, especialistas Folha são céticos quanto ao potencial de redução na concentração bancária, que está majoritariamente no mercado de crédito e de depósitos de clientes.

As instituições que aderiram ao Pix já estavam inseridas no universo de pagamentos, oferecendo TED, DOC e boletos, por exemplo.

A longo prazo, no entanto, a

migração de clientes de bancos maiores para instituições menores pode levar à dissolução dessa concentração e à maior competição.

André Galhardo, economista-chefe da consultoria Análise Econômica, diz acreditar que o novo sistema pode fomentar a competição. No entanto, ele não vislumbra diminuição da concentração bancária. "Vejo o movimento todo com bons olhos, mas não acredito que possa diminuir a concentração bancária a curto e médio prazos."

No Brasil, segundo ele, existe uma forte atuação dos cinco maiores bancos na aquisição de instituições menores. Isso, de acordo com Galhardo, dificulta a desconcentração.

O professor do Insper Michael Viriato concorda que o Pix, sozinho, não deverá reduzir a concentração. Porém, ele destaca que os bancos perderão receita com a inovação.

"Os grandes ganhadores são o consumidor e o comerciante, já que a ferramenta reduz custos e traz facilidades. As instituições precisarão atrair clientes a partir disso", diz.

O superintendente de Desenvolvimento de Mercados e Canais do Sicoob, Angelo Curbani, conta que as cooperativas decidiram aderir ao Pix por enxergar uma oportunidade de igualar oportunidades com relação aos grandes bancos.

"Muitos ainda não entendem o modelo de negócios da cooperativa, e queremos mostrar que qualquer um pode se associar. Sempre há dúvidas sobre a cooperativa oferecer cartão de bandeira X ou Y, sobre onde o cliente poderá sacar dinheiro e se abrir uma conta. Com o Pix, as coisas ficam mais fáceis, especialmente com a opção de saque em varejo [que ficará disponível em 2021]."

HÁ 75 ANOS TRANSFORMANDO O MUNDO POR MEIO DA EDUCAÇÃO, DAS CIÊNCIAS E DA CULTURA.

A UNESCO foi criada em 16 de novembro de 1945 com a missão de integrar os países e promover a paz entre eles por meio da educação, das ciências e da cultura.

Daquela época para cá muita coisa mudou, mas a solução continua a mesma.

UNESCO: 75 anos depois, nosso papel é mais importante do que nunca.

Veículo: O Globo	Online
Data: 19/11/2020	Coluna: Economia

O GLOBO

Projeto permite cobrar mais ICMS de petroleiras no Rio

Proposta aprovada na Alerj prevê multa de 15% para empresa que não cumprir regra de conteúdo local prevista em contrato

Petroleiras que atuam nas Bacias de Santos e Campos, no litoral do Rio, poderão ter que pagar multa na forma de uma contrapartida tributária ao governo do estado se não cumprirem o percentual mínimo de compras de materiais e equipamentos no país (o chamado conteúdo local) previsto em seus contratos. O objetivo é desestimular importações e favorecer a indústria flu-

minense de equipamentos.

Essa punição está prevista no Projeto de Lei nº 3.265/20, aprovado na terça-feira pela Assembleia Legislativa do Rio (Alerj). O texto segue para sanção ou veto do governador.

A multa prevista no projeto é a cobrança de uma alíquota de 15% de ICMS sobre a diferença do conteúdo local que não foi executado, previsto nos contratos de concessão.

Se a lei for sancionada e entrar em vigor, deverá ser questionada na Justiça quanto à sua constitucionalidade, segundo empresários do setor e advogados. Isso porque o projeto interfere em um assunto que é atribuição da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Outro fato criticado pelo setor é que, de acordo com o PL, a punição prevista representa aumento da cobrança do

ICMS sobre produtos importados. No Repetro — o regime tributário especial para o setor de petróleo — é prevista alíquota de 3%. Ela chegaria a 18% com a penalidade.

O deputado Luiz Paulo (sem partido), um dos autores do projeto, garantiu que a nova lei não representa bitributação de ICMS. Segundo ele, o PL institui uma “indenização pecuniária”, no caso

de as petroleiras não cumprirem os índices de conteúdo local previstos nos contratos de concessão. O ICMS foi usado apenas, segundo o deputado, como parâmetro para a metodologia de cálculo.

— Não se trata de cobrança de tributo, é indenização pelo não cumprimento de conteúdo local. Queremos zero de indenização, queremos que cumpram o conteúdo lo-

cal — disse o deputado, que assinou o projeto com Lucinha (PSDB) e André Ceciliano (PT), presidente da Alerj.

Para o advogado João Agripino Maia, sócio do escritório Schmidt Valois, conteúdo local é questão regulatória e deve ser tratada pela ANP.

— O que a lei está fazendo é criar uma penalidade para as empresas que não conseguirem cumprir o conteúdo local aumentando em 15% o ICMS — destacou Maia.

Para o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), a lei é inconstitucional, traz insegurança jurídica e reduz a atratividade do Rio. (Ramona Ordoñez)

Gasto do governo na pandemia foi exagerado, afirma ex-secretário

Para Cesar Mattos, ex-secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia, atuação do governo na crise foi excessiva

Por Fabio Graner — De Brasília

19/11/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

A atuação do governo na crise foi excessiva, maior que a capacidade do país, e se o governo não voltar ao teto de gastos vai colocar o país em risco de crise fiscal e baixo crescimento por muito tempo. A avaliação é do economista Cesar Mattos, ex-secretário de Advocacia da Concorrência e Competitividade do Ministério da Economia e ex-conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

Mattos ainda era da equipe econômica quando as medidas de enfrentamento da crise estavam sendo adotadas. Ele escreveu um artigo para o Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial apontando o problema do possível excesso de medidas, que pode acabar tirando graus de liberdade do já restrito espaço de atuação fiscal.

“A resposta da política fiscal brasileira à crise do covid-19, apesar de estar na direção correta, acabou sendo bem mais forte que a de grande parte dos outros países emergentes, o que foi excessivo dada a já delicada situação fiscal do país antes da crise da covid-19”, disse Mattos. “Se, de um lado, é possível que a rápida recuperação econômica do Brasil esteja relacionada a este super estímulo, também é razoável postular que isso comprometeu a nossa margem de manobra fiscal daqui para a frente, e que cobrará um preço muito alto, com menor crescimento, de 2021 em diante, acrescentou.

Para ele, os bons resultados em termos de proteção social e retomada da economia não servem como argumento para sancionar uma continuidade de política fiscal expansionista no próximo ano. Manter essa linha em 2021 e não voltar ao teto de gastos, aponta, significaria correr riscos de colocar tudo a perder.

“É errado, portanto, apontar que a crise do covid-19 deveria reafirmar a continuidade de políticas fiscais ativas no pós-pandemia. Na verdade, sinaliza o oposto: é fundamental que o setor público esteja com suas contas em dia não apenas para evitar desequilíbrios macroeconômicos, mas também para ter mais graus de liberdade para atuar quando esse tipo de crise aparecer”, afirmou. “Discutir incrementos de determinadas despesas sem contrapartida na redução de outras despesas de forma a respeitar o teto de gastos no pós-pandemia constitui um delírio pior que o do personagem Buzz Lightyear [da série de filmes ‘Toy Story’] que desejava ir ‘ao infinito e além’”, acrescentou.

O discurso sobre a volta ao teto de gastos está alinhado com a da equipe econômica, que tem enfatizado esse caminho para 2021. Uma fonte graduada do Ministério da Economia, porém, discorda da análise sobre o tamanho da ação feita neste ano.

Esse interlocutor diz que as medidas foram tomadas em meio ao olho do furacão, em um ambiente político complexo. Para ele, os resultados, tanto em termos de desempenho da atividade econômica como em manutenção da paz social, mostram que a ação estaria correta tanto no tempo em que foi tomada como em sua dimensão.

Segundo essa fonte, o auxílio emergencial de fato ficou acima do que se planejava inicialmente (a Economia propôs R\$ 200, mas esperava que fosse ao menos dobrar o valor na negociação). Mas os seus resultados econômicos hoje mostram que a medida acabou sendo correta para o país.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Lídia Brondi tem quase 59 anos, tente não sorrir ao vê-la agora
PSYCHICMONDAY

LINK PATROCINADO

Com fome de benefícios? Experimente nossos Combos!
SANTANDER

LINK PATROCINADO

Novo carro de Silvio Santos mostra o quanto ele é rico
MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que cria e regenera novos fios de cabelo após os 40 anos de idade
FOLICAPS

LINK PATROCINADO

Baixe todas as as NFes emitidas contra sua empresa de Salvador automaticamente!
ARQUIVEI

LINK PATROCINADO

Descubra o primeiro fone de ouvido que não agride seus tímpanos.
SMART OPENEAR

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Mercado Livre conversa com o governo sobre Correios

VALOR INVESTE

Cade aprova venda da Liquigás com restrições

VALOR INVESTE

Caso JI Investe é novo alerta para não cair em armadilhas

Mais do Valor Econômico



BC da África do Sul mantém taxa de juros em 3,5%

No geral, a instituição aponta que os riscos são maiores para uma queda da inflação do que para uma disparada

19/11/2020 10:27 — Em Finanças

Por que a inflação poderia voltar

Era de inflação baixa e endividamento alto e crescente está acabando

Por Martin Wolf

19/11/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Será que estamos para entrar em uma nova era de inflação inesperadamente alta, em vez da inflação abaixo da meta com a qual nos acostumamos? Muitos rejeitam essa possibilidade. Mas o menino que gritou “é o lobo” estava certo da última vez. Um livro lançado há pouco insiste em alertar contra o lobo. Ele afirma, de forma notável, que como resultado da atual generosidade fiscal e monetária, “como acontece depois de muitas guerras, haverá um aumento da inflação, muito provavelmente para mais de 5%, ou mesmo na casa de 10% em 2021”. Isso mudaria tudo.

A previsão é de Charles Goodhart, um respeitado acadêmico, e de Manoj Pradhan, ex-funcionário do Morgan Stanley. A profecia de uma calamidade inflacionária iminente é, na verdade, menos significativa que a estrutura analítica proposta pelo livro. Os autores afirmam que a economia mundial está para mudar de regime. A última vez que isso aconteceu foi na década de 80. As grandes mudanças de quatro décadas atrás não ocorreram tanto em função do desejo de manter a inflação sob controle, e sim da globalização e do ingresso da China na economia mundial. Essa era, afirmam os autores, configurada pela inflação baixa e endividamento alto e crescente, está agora acabando. Logo será substituída pelo seu inverso.

Para Goodhart e Pradhan, a globalização está sob ataque e nenhuma economia consegue reproduzir o que a China fez. O envelhecimento intensifica as pressões fiscais. E quando o número de consumidores cresce em relação ao de produtores, pressões inflacionárias aumentam

Nos anos 80 e 90, as economias da China, do ex-império soviético e de outros países em desenvolvimento se abriram. A Rodada do Uruguai foi firmada, o que levou ao nascimento da Organização Mundial do Comércio, para a qual a China entrou em 2001. A integração econômica internacional avançou rapidamente, especialmente através do comércio, mas também via investimentos diretos de países da alta renda. A oferta global de mão de obra para a produção de bens comercializáveis cresceu enormemente. As grandes economias comerciais registravam taxas de natalidade em queda e populações ainda jovens, reforçadas pela entrada das mulheres no mercado de trabalho. Assim, a força de trabalho cresceu mais rapidamente que a população e a produção per capita cresceu mais que a produção por trabalhador.

Goodhart e Pradhan afirmam que tudo isso provocou uma queda no poder de mercado dos movimentos sindicais nos países de alta renda, um aumento da fatia do lucro no PIB, um aumento da desigualdade doméstica, uma queda da desigualdade no mundo, um “excesso de poupança”, pressões inflacionárias fracas e juros reais em queda. Houve um aumento do endividamento.

Agora, dizem eles, tudo isso está invertendo. A globalização está sob ataque e nenhuma outra economia consegue reproduzir o que a China fez. O envelhecimento prejudica o crescimento da população ativa e intensifica as pressões fiscais. E o mais importante, segundo eles, é que na medida em que o número de consumidores cresce em relação ao de produtores, as pressões inflacionárias aumentarão.

Além do mais, com a população ativa encolhendo e a globalização perdendo força, o poder de mercado dos movimentos sindicais reemergirá, intensificando essas pressões inflacionárias.

Segundo eles, essas mudanças criarão grandes dilemas de política econômica, especialmente se levarmos em conta o tamanho dos balanços dos governos e das corporações não financeiras. Se a relação entre o desemprego e a inflação mudar de forma tão adversa quanto os autores sugerem, será que os bancos centrais apertarão suas políticas monetárias no grau em que isso poderia ser necessário para conter a inflação? Como as autoridades enfrentariam a onda de defaults? Como os governos voltariam a controlar seus déficits num mundo de crescimento estruturalmente baixo (em parte devido ao envelhecimento populacional), juros mais altos e pressões para o aumento dos gastos públicos?

Se não conseguirem fazer isso, os bancos centrais continuariam imprimindo dinheiro ou permitiriam a insolvência nacional? Resumindo, enfrentaremos uma repetição dos anos 70, em circunstâncias piores?

Os autores estão certos em afirmar que a economia mundial passa por grandes mudanças estruturais. O envelhecimento populacional e um enfraquecimento da globalização na produção de bens estão bem avançados. Além disso, esse processo inclui a China. Essa combinação transformará nossas economias.

Mesmo assim é de vital importância lembrar o quão pouco sabemos sobre como essas mudanças poderão ocorrer no mundo real. E se soubéssemos em 1980 que a China iria abrir sua economia para o mundo e lançar o maior “boom” de investimentos da história da humanidade, culminando em uma taxa de investimento de 50% do PIB? Quantos poderiam ter previsto que a situação macroeconômica poucas décadas depois seria de excesso de poupança, taxas de juros reais baixas, políticas monetárias muito frouxas e endividamento elevado?

Em vez disso, a maioria certamente teria suposto que a explosão econômica da China envolveria importar poupança em escala maciça e assim elevar as taxas de juros reais e exportar demanda líquida.

Goodhart e Pradhan também podem estar certos de que em seu admirável mundo novo, o desejo de poupar tenderá a cair mais rapidamente que o desejo de investir, o excesso de poupança se transformará em uma carência e os juros reais vão disparar. Mas a diferença entre as taxas de poupança desejadas e os investimentos é estreita. Em vez disso, é bem possível que com a desaceleração do crescimento econômico e as quedas contínuas no preço relativo dos bens de capital, os lucros retidos pelas empresas continuarão superando os investimentos nas economias mais ricas.

O setor corporativo chinês também poderá seguir o mesmo caminho. Caso isso se confirme, a demanda poderá ficar fraca, e os juros reais baixos, por um longo período, algo reforçado pelo alto endividamento do setor privado em todas essas economias.

Não está claro nem mesmo que a globalização foi o principal propulsor das mudanças nos mercados de trabalho. Ela foi apenas um elemento de uma série de transformações - novas tecnologias, o modelo de governança corporativa que prega a maximização do patrimônio dos acionistas, o papel crescente das finanças e o poder crescente dos monopólios.

As dúvidas sobre essas teses são justificadas. Mas também é perigoso extrapolar o presente para o futuro. Em 1965, poucos imaginavam que o keynesianismo do pós-guerra em breve iria perecer. O mundo do "mais baixo por mais tempo" também poderá desaparecer. Grandes mudanças estão ocorrendo. Precisamos pensar seriamente sobre como o nosso futuro poderá diferir do nosso passado **(Tradução de Mario Zamarian)**.

Martin Wolf é editor e principal analista econômico do Financial Times

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Lídia Brondi tem quase 59 anos, tente não sorrir ao vê-la agora
PSYCHICMONDAY

LINK PATROCINADO

Abra sua conta com cartão sem sair de casa
SANTANDER

LINK PATROCINADO

Novo carro de Silvio Santos mostra o quanto ele é rico
MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que cria e regenera novos fios de cabelo após os 40 anos de idade
FOLICAPS

LINK PATROCINADO

Descubra o primeiro fone de ouvido que não agride seus tímpanos.
SMART OPENEAR

LINK PATROCINADO

Famoso ex jogador do Flamengo revela como secou barriga de cerveja
FITO ONE

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Mercado Livre conversa com o governo sobre Correios

Aumento da importação de etanol preocupa UE

Comissão Europeia decide instalar um “mecanismo de monitoramento” do biocombustível importado

Por Assis Moreira — De Genebra

19/11/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas

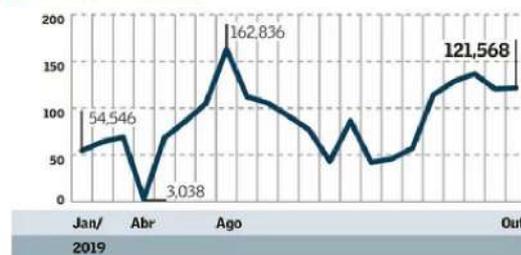
Exportações de etanol

Embarques mensais do Brasil

■ Volume (m³)



■ Valor (US\$ milhões)



221,6 milhões de metros cúbicos alcançaram as exportações para a UE de janeiro a outubro de 2020, ante **59,8 milhões** em igual período de 2019; a receita subiu de **US\$ 32,7 milhões** para **US\$ 104,3 milhões**

Fonte: Unica

A Comissão Europeia, braço executivo da União Europeia (UE), instalou um “mecanismo de monitoramento” do etanol importado, sob a alegação de que houve forte aumento da entrada do biocombustível proveniente de países como os Estados Unidos e o Brasil.

Apresentada pela França em nome da indústria europeia de bioetanol, a queixa é que, em meio à desaceleração da atividade econômica por causa da covid-19, as importações de etanol a baixos preços cresceram sensivelmente nos últimos meses, e que o movimento provoca prejuízos ao segmento na Europa.

“As importações da UE provenientes dos EUA aumentaram de forma constante ao longo dos últimos três anos, e as importações provenientes do Brasil aumentaram acentuadamente nos primeiros meses de 2020”, diz o documento.

Segundo dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), que representa usinas brasileiras, as exportações de etanol do país para a UE renderam US\$ 104,3 milhões de janeiro a outubro, 219% mais que no mesmo período de 2019. Em outubro, dois terços dos embarques foram de etanol anidro - o produto está sendo convertido em álcool 70 para fins sanitários.

Com a medida, o etanol se tornou a segunda commodity, depois do aço, que passou a ter as importações monitoradas na UE. Mas isso não significa, ainda, que a Comissão Europeia vai adotar alguma medida restritiva ao fluxo do comércio. A “vigilância” será realizada por um ano.

Emily Rees, representante da Unica em Bruxelas, diz que a entidade tem acompanhado com muita atenção a iniciativa da UE. “Apoiamos o comércio justo, baseado no respeito ao meio ambiente e na proteção social”, afirma ela. “A garantia de uma baixa pegada de carbono em toda a cadeia do biocombustível é a única forma de garantir a descarbonização que buscamos como sociedade, e o setor sucoenergético brasileiro orgulha-se de ter sua sustentabilidade constatada e reconhecida pela própria União Europeia”.

Emily Rees destacou que o etanol de cana do Brasil é enquadrado pela diretiva de promoção de energia renovável como o biocombustível de primeira geração que mais reduz as emissões de gases de efeito estufa na comparação com combustível fóssil (70%, quando colocado no mercado europeu). “Também somos o país com o maior número de empresas com a certificação usada pela UE para a verificação de compliance nas cadeias produtivas, a Bonsucro”.

O fato, segundo a França, é que as importações do bloco europeu de etanol para uso combustível cresceram 512% entre 2017 e 2019, de 87,6 mil para 536,2 mil toneladas. No ano passado, os preços das importações do produto proveniente das seis principais origens teriam derrubado os preços de produtores europeus em 15 %, em média.

A estimativa é que o consumo de etanol para combustíveis na UE aumentou 10 % entre 2017 e 2019, de 3,9 milhões para 4,3 milhões de toneladas. No mesmo período, a produção mundial aumentou de 80,6 milhões para 87,5 milhões de toneladas.

Segundo a Comissão Europeia, cerca de 84 % da produção mundial total de etanol para combustíveis - mais de 70 milhões de toneladas - está concentrada nos EUA (54%) e no Brasil (30%). Para o órgão, ambos têm uma capacidade de produção de tal modo volumosa que até um pequeno excedente em suas produções anuais pode se traduzir em excedente no mercado mundial, com consequências potencialmente negativas para mercados menores, como o da UE.

Com o aumento das importações nos últimos anos, a fatia de mercado da indústria da UE diminuiu, e a situação econômica da indústria europeia se deteriorou, segundo a Comissão. O órgão prevê que, quando o mercado se recuperar, o etanol não utilizado dos principais países “terceiros produtores” seja exportado em massa para o mercado comum europeu, impedindo a recuperação da indústria local.

“Por outro lado, não é de se excluir que, a fim de manter as atividades de produção, alguns governos possam introduzir subvenções ou outras formas de apoio a favor da sua indústria do etanol. Alguns projetos de apoio estão já em fase de discussão nos EUA”, afirma o documento sobre o monitoramento.

“Com base nas tendências recentes das importações de etanol renovável para combustíveis e da atual capacidade excedente, os efeitos prejudiciais para os produtores da UE poderão se desenvolver rapidamente num futuro próximo”, avalia a Comissão Europeia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Todo site com presentes

NESPRESSO

LINK PATROCINADO

Lídia Brondi tem quase 59 anos, tente não sorrir ao vê-la agora

PSYCHICMONDAY

LINK PATROCINADO

Novo carro de Silvio Santos mostra o quanto ele é rico

MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que cria e regenera novos fios de cabelo após os 40 anos de idade

FOLICAPS

LINK PATROCINADO

Famoso ex jogador do Flamengo revela como secou barriga de cerveja

FITO ONE

LINK PATROCINADO

Bolsonaro fala em repasse a Estados como 'nunca se viu'

Presidente diz que política de liberação de recursos para governos regionais será mantida

Por Renan Truffi, Vandson Lima e Matheus Schuch — De Brasília

19/11/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Jair Bolsonaro, em visita a Flores de Goiás: política "nunca antes vista" de repasse de verbas federais para Estados e municípios vai continuar — Foto: Isac Nóbrega/PR

Horas depois de o presidente Jair Bolsonaro dizer que o governo continuará com uma política de liberação de recursos para Estados e municípios, o Senado aprovou ontem uma série de projetos que ajudam os entes federativos, promovem o socorro de setores e criam uma nova fase do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

Bolsonaro falou sobre os repasses para governadores e prefeitos ontem, durante a entrega de títulos de propriedades rurais em Flores de Goiás, no entorno do Distrito Federal. "Nestes dois anos de governo, nunca vocês viram tantos recursos, muitos através de vocês [se dirigindo a parlamentares], chegando aos seus Estados e municípios. Nunca se viu isso. E pode ter certeza: essa política continuará", assegurou.

No mesmo dia, os senadores conseguiram aprovar matérias que estavam pendentes há alguns meses. A mais importante é a que prevê o pagamento das perdas de arrecadação provocadas pela Lei Kandir. O texto estabelece a transferência de pelo menos R\$ 62 bilhões para Estados e municípios, conforme acordo firmado no Supremo Tribunal Federal (STF) entre a União e o Fórum Nacional de Governadores. Este valor pode ser acrescido de outros R\$ 3,6 bilhões, se os parlamentares aprovarem a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Pacto Federativo, que está parada no Congresso. A matéria segue agora para a Câmara dos Deputados.

A votação só foi possível porque o governo concordou com a supressão de um artigo que extinguiu o Fundo Social do Pré-Sal - os repasses do fundo garantem investimento em educação pública. Por causa do acordo, o relator do projeto, senador Antonio Anastasia (PSD-MG), decidiu aceitar um requerimento do PSDB que pedia a revogação desse dispositivo. Desta forma, o fundo está mantido.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), anunciou ainda que R\$ 4 bilhões, do montante total, serão disponibilizados ainda neste ano. Os outros R\$ 58 bilhões serão transferidos no período de 2020 a 2037.

Apesar disso, Bezerra voltou a alertar que os congressistas deverão discutir o Orçamento de 2021. Ele disse que o governo espera que seja aprovada, por exemplo, a PEC dos Fundos, que dá prazo de dois anos para extinção de fundos públicos de União, Estados e municípios. “Essa despesa irá se estender por um período muito longo e isso vai pressionar o orçamento público federal. Portanto, é importante destacar que essa matéria voltará a ser revisitada”, disse.

Também na sessão de ontem foi aprovado um repasse aos entes federativos, em caráter emergencial, de mais R\$ 4 bilhões, para garantir a prestação do serviço de transporte público coletivo de passageiros.

Além disso, os senadores deram aval para a terceira etapa do Pronampe. O aporte será de R\$ 10 bilhões. Mas, devido ao embate entre o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e integrantes da ala governista, que está travando as sessões na casa, Bezerra ficou de levar ao governo a proposta de se editar uma medida provisória (MP) com o mesmo teor do projeto, garantindo a liberação imediata do recurso.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Lídia Brondi tem quase 59 anos, tente não sorrir ao vê-la agora
PSYCHICMONDAY

LINK PATROCINADO

Chegou a conta Confia
SANTANDER

LINK PATROCINADO

Novo carro de Silvio Santos mostra o quanto ele é rico
MISS PENNY STOCKS

LINK PATROCINADO

Anvisa libera pílula que cria e regenera novos fios de cabelo após os 40 anos de idade
FOLICAPS

LINK PATROCINADO

Baixe todas as as NFes emitidas contra sua empresa de Salvador automaticamente!
ARQUIVEI

LINK PATROCINADO

Descubra o primeiro fone de ouvido que não agarde seus tímpanos